

RELATORIO

ANUAL

DA JUSTIÇA MILITAR

- 1975 -

A P R E S E N T A Ç Ã O

SENHORES MINISTROS

De conformidade com o item XXXIII, Artigo 41, da Lei de Organização Judiciária Militar, tenho a satisfação de apresentar à apreciação do Plenário o Relatório circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos durante o primeiro ano de minha gestão como Presidente desta Corte de Justiça.

Inicialmente, a fim de que pudesse melhor avaliar as necessidades orgânicas, materiais e de pessoal dos órgãos que compõem a Justiça Militar, procedi à elaboração de um plano de inspeção às Auditorias, o qual foi totalmente executado no período compreendido entre 15 de abril e 19 de agosto do ano de 1975.

Os resultados decorrentes desse plano de inspeção foram apresentados a Vossas Excelências antes do término do Ano Judiciário. No entanto, não foi possível adotar, de imediato, um plano geral de ação que atendesse às deficiências encontradas, face à precariedade de verba. Não obstante, foram tomadas algumas medidas corretivas, bem como esboçado um plano de atendimento futuro às Auditorias.

Dentre as medidas administrativas, merecem destaque:

1 - CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO - GARAGEM

Recebemos da administração anterior, do Gen Ex. Jurandyr de Bizarria Mamede o pavilhão-garagem pronto, dependendo do HABITE-SE.

Devido às exigências decorrentes da inspeção realizada pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para a concessão do referido "HABITE-SE", algumas dificuldades tiveram que ser superadas para permitir a utilização do prédio da garagem, ficando na dependência da construção de uma caixa d'água externa, incluída no orçamento financeiro do próximo exercício.

Efetivada a entrega do prédio ao S.T.M. pela Comissão Especial de Obras do Exército (CEO-1), foi possível colocar a garagem em funcionamento imediato, pois já contava com modernos equipamentos, dentre os quais: duas bombas de gasolina, lavadora automática, compressores, balanceador de rodas, analisador de motores, testes, solda

elétrica, etc.

Com a finalidade de ativar o Setor de Oficinas e Manutenção de Viaturas, incluíram-se na contratação de pessoal para o S.T.M. alguns especialistas nesse setor, o que permitiu efetuar, já em nossas oficinas, a revisão das viaturas que ficariam à disposição dos Exm^{os} Srs. Ministros durante o recesso judiciário. Tal medida trouxe considerável redução nos gastos normalmente efetuados em tais épocas.

Com vistas a uma redução nos gastos de gasolina e óleo diesel, atendendo a recomendação da Presidência da República, foi firmado um convênio com a Petrobrás - Distribuidora de Petróleo S/A, permitindo aquisição direta desses combustíveis.

Finalmente, foi necessário elaborar um Regimento Interno para o SETRAN, bem como estabelecer normas reguladoras para a utilização dos veículos oficiais do Tribunal.

Visando melhor aproveitar o transporte de pessoal, foram adquiridos quatro microônibus marca Mercedes-Benz, Ano 1975, e cinco Kombis, marca Volkswagen, Ano 1975, além de oito veículos marca Chevrolet-Opala, Ano 1976, sendo cinco para os Exm^{os} Srs. Ministros Togados.

Foi ainda providenciada a regularização da situação de todas as viaturas do S.T.M., junto ao DETRAN.

2 - CONSTRUÇÃO DE SEDES PARA AS AUDITORIAS

Das inspeções realizadas às Auditorias, constatee, de pronto, a necessidade premente e imperiosa de estabelecer um plano para dotá-las de locais condignos, onde pudessem efetivamente, exercer as funções judicantes que lhes estão afetas.

Estando o S.T.M. impossibilitado tecnicamente de proceder a elaboração de um projeto arquitetônico que pudesse ser adaptado às Auditorias de todo o País, foram mantidos contatos com a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, a fim de que essa Empresa colocasse à disposição desta Corte um Arquiteto de seu quadro funcional. Isto posto, concluíram-se entendimentos com a Comissão de Obras do Exército para a elaboração de um projeto padrão para as Auditorias, o que permitiu o início da construção das sedes das Audi-

rias de Belém, Bagé, Santa Maria e Campo Grande.

Podemos salientar as seguintes medidas tomadas em relação às construções das sedes dessas Auditorias:

a) AUDITORIA DE BELÉM

Em atendimento a solicitação desta Presidência, o Ministério do Exército doou à Justiça Militar um terreno sito à Av. Governador José Malcher, nº 611, cujo termo de entrega e recebimento já foi devidamente processado e registrado no respectivo Registro Imobiliário.

Ainda na Presidência do Exmº Sr. Ministro Gen. Ex. Juracy de Bizarria Mamede, foi elaborado o projeto original para a construção da sede da Auditoria, em colaboração com a CRO-8, em decorrência do convênio firmado com o Ministério do Exército. O referido projeto foi aprovado, com algumas modificações, a fim de ser adaptado ao projeto padrão. As obras foram iniciadas sob a orientação da CRO-8, em 10.06.75. Seu término está previsto para fins de 1976.

Em virtude de não haver sido utilizada, no exercício de 1974, a verba destinada à construção da Auditoria, no valor de Cr\$.... 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros), foi a mesma recolhida pela Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda, motivando a paralização das obras. Gestões junto à Secretaria do Planejamento permitiram a recuperação da verba e o conseqüente reinício das obras em 24 de dezembro p. passado.

b) AUDITORIA DE SANTA MARIA

Atendendo a recomendações desta Presidência, o Exmº Sr. Dr. Francisco Fernandes Rodrigues, Juiz-Auditor dessa Auditoria, manteve entendimentos com o Prefeito Municipal de Santa Maria no sentido de conseguir doação de um terreno para a construção da sede da 3a. Auditoria da 3a. CJM. Suas gestões resultaram na doação do terreno situado entre as Ruas Angelo Bolson e Gaspar Martins, com uma área de 841,60 m2. A escritura pública de doação foi lavrada no 2º Tabelionato da Comarca de Santa Maria e devidamente registrada no Cartório de Registro Imobiliário.

Para o início das obras, foi elaborado um convênio com o Ministério do Exército, através da Comissão Regional de Obras da 3a. R.M., em 20 de junho de 1975, tendo sido aditado em 26 de novembro do mesmo ano. Iniciada no 2º semestre de 1975, tem seu término previsto para fins de maio de 1976.

c) AUDITORIA DE BAGÉ

Em atendimento a recomendações desta Presidência, o Exmº Sr. Dr. Ruy Pereira Niederauer, Substituto-de-Auditor, manteve contatos com as autoridades civis e militares de Bagé, com vistas à doação de um terreno para a construção da sede dessa Auditoria, tendo sido doado, pela Prefeitura Municipal, o terreno situado à rua Monseñor Constabile Hipólito, cujo Termo de Doação ainda não foi lavrado.

Para sua construção foi assinado um convênio com o Ministério do Exército, através da Comissão Regional de Obras da 3a. R.M., em 20 de junho de 1975, aditado em 26 de novembro do mesmo ano. Teve sua construção iniciada no segundo semestre de 1975 e seu término está previsto para fins de setembro de 1976.

d) AUDITORIA DE CAMPO GRANDE

Das gestões do Exmº Sr. Dr. Alzir Carvalhaes Fraga, então Auditor da 9a. CJM, junto a autoridades civis e militares, resultou a doação à Justiça Militar, por parte do Comando da 9a. Região Militar, de uma área de terreno sito na confluência das ruas Terenos com Sargento Yule, medindo 1.350 m², cujo Termo de Entrega foi lavrado às fls. 142 e 143 v. do Livro de Termos nº 3, da Delegacia do SPU, em Mato Grosso, tendo sido recebido em 15 de maio de 1975 pelo Exmº Sr. Dr. Ramiro Teixeira Mota, Juiz-Auditor Titular dessa Auditoria.

Para o início das obras foi firmado um convênio com o Ministério do Exército, através da CRO-9, em 2 de fevereiro de 1976.

Ainda não teve sua construção iniciada, contudo, prevê-se o início das obras para o primeiro semestre de 1976.

e) AUDITORIA DE CURITIBA

O Exmº Sr. Dr. Darcy Ricetti, Juiz-Auditor em exercício

nessa Auditoria, estabeleceu contatos com o Exmº Sr. Governador do Estado visando conseguir a doação de um terreno para a construção de sua sede, verificando-se, no momento, a impossibilidade do atendimento.

A Municipalidade também não tem condições de atender à solicitação da Justiça Militar, conforme informou o Prefeito.

Consultadas as autoridades militares, o Exército e a Aeronáutica mostraram-se sensíveis ao problema, sem que ficasse ainda definida qualquer solução.

f) AUDITORIA DE SALVADOR

De acordo com os entendimentos mantidos com o Ministério do Exército, está sendo previsto um terreno para sede da Auditoria da 6a. CJM, localizado no início da avenida que dá acesso ao Setor Militar de Salvador, ainda em fase de estudos urbanísticos e obras de terraplenagem, possivelmente com início em 1976, o que não nos autoriza a prever possibilidade de construção da Auditoria, senão após 1978.

g) AUDITORIA DE SÃO PAULO

As Auditorias da 2a. Circunscrição Judiciária Militar estão instaladas no imóvel situado à Av. Brigº Luiz Antônio, nº 1349, doado pelo Ministério do Exército para lhes servir de sede. A escritura foi lavrada no 9º Tabelionato de Notas de São Paulo e registrada no Registro de Imóveis respectivo. A documentação referente ao imóvel, inclusive plantas, foram remetidas à Comissão de Tombamento da Diretoria de Engenharia do Exército.

Apesar de localizado em área nobre, o edifício de três andares não atende às necessidades dessas Auditorias. Das hipóteses aventadas para mudança de sede, a mais exequível é a de alienação do prédio e terreno.

Até a presente data, não há termo de transferência do imóvel para a Justiça Militar, tendo em vista que, à época da doação, a Justiça Militar subordinava-se ao Ministério do Exército.

Estão em curso entendimentos visando a essa transferência.

h) AUDITORIAS DO RIO DE JANEIRO

As Auditorias da 1a. Circunscrição Judiciária Militar, conforme ficou evidenciado no Relatório das Inspeções, estão, em geral, mal instaladas.

As do Exército estão localizadas em prédio próprio da Justiça Militar, à rua Moncorvo Filho nº 3, construído em terreno cedido pelo Ministério do Exército. Carecem de obras caras que, porém, não lhes darão condições condignas, pela exigüidade do espaço.

As Auditorias de Marinha estão instaladas em velho prédio do Ministério da Marinha. Em face da possível demolição do prédio onde funcionam, estão ameaçadas por essa razão, de criarem mais um grave problema para a administração do S.T.M.

As Auditorias da Aeronáutica são as que possuem melhores instalações, embora já carentes de maior espaço.

Com respeito às Auditoria das 1a. C.J.M., o ideal seria reuni-las num mesmo prédio.

Registra-se o interesse do Governo do Estado em ocupar a área onde se localizam as Auditorias do Exército, para ampliação do Hospital Souza Aguiar; contudo, nenhum entendimento foi ainda mantido.

i) AUDITORIA DE PORTO ALEGRE

Essa Auditoria tem sede própria, estando instalada num prédio residencial antigo, readaptado para permitir seu funcionamento, em estado precário.

O terreno oferece condições de construção de uma sede maior, caso haja verba disponível.

j) AUDITORIA DE JUIZ DE FORA

Está instalada em prédio pertencente ao Ministério do Exército, cedido pelo Comando da 4a. R.M. Suas acomodações são bastante precárias, não atendendo às necessidades daquele órgão.

Comunicação recente do Comando da 4a. R.M. prevê a transferência da sede da Região para Belo Horizonte, em futuro próximo, o

o que poderá acarretar a necessidade da 4a. CJM acompanhar a RM, exigindo decreto nesse sentido (LOJM).

k) AUDITORIA DE RECIFE

Conta esta Auditoria com um prédio próprio de três andares, com instalações razoáveis; contudo, sua localização deixa a desejar, pois fica em frente ao Cais do Porto, num setor onde funciona o baixo meretrício. O ruído e a poeira exigem sejam as janelas mantidas fechadas, demandando grande número de aparelhos de ar condicionado em face do calor reinante na região.

l) AUDITORIA DE FORTALEZA

Está localizada em sede própria, com instalações razoáveis. O terreno permite ampliação do prédio, caso se torne necessária essa medida.

m) AUDITORIA DE MANAUS

Estando já prevista na Lei de Organização Judiciária Militar, com jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre e Territórios de Rondônia e Roraima, procurou esta Presidência estabelecer os primeiros contatos com as autoridades locais visando a doação de um terreno para a construção da futura sede da Auditoria da 12a. CJM.

No encontro mantido com o Exmo. Sr. Governador do Amazonas, foi aventada a hipótese da cessão de um andar no anexo do Tribunal de Justiça daquele Estado, que está em fase de construção, proposta que não foi aceita. Não seria conveniente mais de um órgão de diferentes setores de Justiça, habitarem o mesmo prédio.

Dos contatos estabelecidos com o Comando Militar da Amazônia, resultou um processo (nº 25/69-75), em tramitação no Ministério do Exército, no qual se estuda a doação de uma área em Manaus.

3 - URBANIZAÇÃO DA PRAÇA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

A fim de se completar a urbanização da área envolvendo o

Edifício-Sede do Tribunal, foram reiniciados os entendimentos com os órgãos administrativos do Governo do Distrito Federal.

Por sugestão da própria Secretaria de Viação e Obras, realizaram-se várias reuniões entre os Tribunais Superiores, visando uma solução definitiva para a questão. Isto resultou num processo, no qual cada Tribunal apresentou à Secretaria de Viação e Obras suas reivindicações, entre as quais destacamos as nossas:

- a) construção de uma entrada condigna para o S.T.M.
- b) recomposição do vão entre o STM e o TSE, inclusive construção de passarelas;
- c) urbanização da praça fronteiriça;
- d) fechamento dos vãos externos do prédio;
- e) aproveitamento do terreno anexo, para construção de uma biblioteca.

Devido às dificuldades técnicas apresentadas pela SVO, opinamos, posteriormente, pela reformulação da entrada atual (subsolo), recomposição do vão entre o STM e o TSE, urbanização da praça e verificação da possibilidade de aproveitamento do terreno anexo, para construção da Biblioteca do S.T.M. Com exceção do terreno, as demais reivindicações já se encontram sob apreciação daquela Secretaria.

4 - URBANIZAÇÃO DAS SUPER-QUADRAS RESIDENCIAIS

Da mesma forma, foram reiniciados entendimentos com a finalidade de concluir a urbanização das Superquadras onde se acham localizados os blocos residenciais do STM.

Inicialmente a Secretaria de Viação e Obras alegou não poder concluir as obras de urbanização (pavimentação, ajardinamento e iluminação) em face de não estar, ainda, a Superquadra, com todos os seus blocos construídos. Posteriormente essa situação foi agravada pela falta de recursos daquela Secretaria.

Mesmo assim, esta Presidência procurou, pessoalmente, manter entendimentos com o Governador do Distrito Federal, tendo este prometido concluir as obras.

Por iniciativa do próprio Tribunal, tornou-se possível realizar alguns melhoramentos, tais como:

Na SOS 115:

- a) Contratação de um jardineiro, a fim de recuperar as áreas ajardinadas e replantar a vegetação;
- b) Colocação de quebra-molas e placas educativas para segurança dos moradores, principalmente das crianças, orientando e alertando os motoristas nas áreas residenciais;
- c) Construção de um campo de futebol de salão e um de vôlei;
- d) Instalação pela Empresa de Correios e Telégrafos de uma caixa coletora de cartas, junto ao jornaleiro da quadra;
- e) Colocação de mesa console com cadeira, vaso de plantas e um quadro nas portarias das prumadas do Bloco "H";
- f) Obtenção, junto ao G.D.F., de uma Guarda Policial para maior segurança dos Exmos. Srs. Ministros, face à precária iluminação na área do bloco "H";
- g) Instalação de lâmpadas fluorescentes nas áreas comuns dos blocos, nos halls de entrada e dos andares;
- h) Recuperação em alguns apartamentos.

Nas SON 408/9

- a) Obras em alguns apartamentos;
- b) Instalação de telefones nas portarias dos blocos "B" 408 e "D" 409 para utilização da administração e dos moradores;
- c) Pavimentação da parte térrea dos blocos B e C da 408;
- d) Plantio de grama em parte da SON 409;
- e) Instalação de cerâmica nas sacadas dos Blocos B e C da 408;
- f) Instalação de lâmpadas fluorescentes nas áreas comuns dos blocos;
- g) Impermeabilização do teto e caixa d'água dos blocos B e C da Quadra 408;
- h) Pintura das sacadas e das fachadas dos blocos B e C da Quadra 408.

5 - CONSTRUÇÃO DE UM BLOCO ("F") DE APARTAMENTOS NA SQS 115.

Esse bloco teve sua construção iniciada na gestão do meu antecessor, sendo concluído em fins de 1975.

As dificuldades apresentadas pela Secretaria de Viação e Obras quanto à urbanização da área circundante, não permitiram, ainda, o recebimento do prédio.

Tendo entrado em vigor nova regulamentação sobre imóveis da União, esta Presidência conseguiu da CODEBRÁS que o referido imóvel ficasse sob a administração do S.T.M., a exemplo dos demais.

6 - REFORMA NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Constatando que as instalações do prédio-sede não comportavam, de maneira satisfatória, a estrutura judiciária e administrativa, principalmente em face da reformulação administrativa, advinda do Plano de Classificação de Cargos, procedeu esta Presidência às seguintes modificações:

1. Construção de boxes no subsolo, para instalação de algumas seções;
2. Construção de uma entrada condigna para os Srs. Ministros no subsolo do prédio (garagem);
3. Reforma do piso do almoxarifado;
4. Instalação do setor de reprografia no subsolo;
5. Alargamento e colocação de portões no subsolo;
6. Remoção do Protocolo-Geral para o 1º andar;
7. Melhoria nas instalações da Seção de Operações Telefônicas (isolamento do local da aparelhagem, abertura de uma janela para ventilação e construção de uma sala para a chefia);
8. Colocação de tapete no hall de entrada da Sala das Sessões;
9. Instalação de uma galeria de retratos dos Srs. Ministros do S.T.M. na ante-sala do Plenário e no hall do 2º andar;

10. Colocação de cortinas no hall do 2º andar;
11. Colocação na ante-sala do Plenário do Alvará de Criação desta Corte, ofertado pelo Ministro da Justiça;
12. Ampliação da sala do Plenário (divisórias e cadeiras);
13. Instalação de uma placa na entrada da sala de Sessões do Tribunal, com os dizeres: "DEUS E TEU DIREITO"; mandada gravar pelo meu antecessor, a pedido do Ministro Dr. Alcides Vieira Carneiro;
14. Reinstalação e conserto do equipamento de som, na Sala das Sessões;
15. Ornamentação no hall de entrada da Sala das Sessões e no hall do 3º andar;
16. Colocação de uma parede de granito roxo nos halls de entrada dos 3º, 4º, 5º e 6º andares;
17. Colocação de carpetes nos halls de entrada e nos corredores dos 3º, 4º, 5º e 6º andares;
18. Redistribuição das paredes divisórias do Gabinete da Presidência para permitir a instalação da Secretaria, Protocolo, Assessoria da Presidência, Serviço de Telex, Terminal Prodasen e Assessoria de Imprensa;
19. Remodelação dos quadros de retratos dos Presidentes do S.T.M.;
20. Remodelação do Gabinete do Vice-Presidente, mantendo a instalação da Galeria de Retratos dos Ministros Vice-Presidentes, inaugurada pelo meu antecessor.
21. Modificação nas copas dos 3º, 4º, 5º e 6º andares;
22. Remodelação geral nos gabinetes dos Exmos. Srs. Ministros;
23. Remodelação geral das dependências administrativas do Tribunal;
24. Implantação dos Departamentos Administrativo e Judiciário;
25. Instalação de uma sala de recepção para os Srs. Ministros nos 4º, 5º e 6º andares;
26. Eliminação do banheiro de homens para ampliação do Gabinete de Ministro no 3º andar;

27. Ampliação e aproveitamento de um banheiro interno no 3º andar, transformado em banheiro coletivo para homens;

28. Recuperação de dois relógios tipo "carrilhão", coloca - dos no Gabinete da Presidência e na Sala de Sessões;

29. Reforma do banheiro do Gabinete da Presidência, com fe - chamento de parede e instalação de um armário embutido;

30. Instalação de um aparelho de ar condicionado na sala do Prodasen;

31. Instalação de corrimãos nas rampas de acesso aos anda - res;

32. Reversão de uma sala no 11º andar (copa) para utiliza - ção de unidade administrativa;

33. Reforma no 13º andar para instalação de um bar-restau - rante, para uso dos funcionários do STM;

34. Reforma das instalações da Divisão de Documentação e Di - vulgação, com colocação de divisórias para as suas seções;

35. Mudança da Seção de Reprografia do 10º andar para o subsolo do edifício-sede.

7 - AVIÃO DA FAB À DISPOSIÇÃO DO STM

Por especial deferência do Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira realizou, no exercício de 1974, 16 (dezesseis) viagens transportando os Exmos. Srs. Ministros, familiares e funcioná - rios da Justiça Militar, no trecho BRASÍLIA/RIO/BRASÍLIA.

Possibilitou ainda, o referido Ministério, as viagens de ins - peção desta Presidência a todas as Auditorias da Justiça Militar, ins - taladas no território nacional, colocando à sua disposição um avião Bandeirante.

Colaborou, também, efetivamente, no transporte de convidados e autoridades procedentes do Rio e São Paulo, por ocasião da Solenida - de de entrega das Medalhas da Ordem do Mérito Judiciário Militar, rea - lizada no ano próximo passado.

7.1 PAGAMENTO DE LANCHES

Na conformidade dos entendimentos mantidos com o Ministério da Aeronáutica, o Tribunal passou a se responsabilizar pelo pagamento dos lanches servidos a bordo das aeronaves da FAB que transportam, mensalmente, os Exmos. Srs. Ministros ao Rio de Janeiro.

8 - REALIZAÇÃO DE CONCURSOS

8.1 JUIZ-AUDITOR SUBSTITUTO

Tendo em vista a carência de Auditores na Justiça Militar, procurou esta Presidência tomar conhecimento da situação em que se encontrava o concurso de Juiz-Auditor-Substituto. Constatou estar o concuurso em sua fase inicial, com cerca de 108 candidatos inscritos. Levado o assunto ao Plenário, foi recomposta a Comissão de Concursos, a qual procedeu à apreciação das inscrições, homologando-as e procedendo à sua realização, que teve 12 candidatos aprovados.

Foram remetidos ao Ministério da Justiça os processos para nomeação dos candidatos aprovados.

8.2 APROVEITAMENTO, MEDIANTE CONCURSO DE SUBSTITUTOS DE OFICIAL DE JÚSTICA E DO PESSOAL CONTRATADO EM REGIME DE CLT, NO STM E NAS AUDITORIAS.

Com a finalidade de prosseguir na implantação do Novo Plano de Classificação de Cargos na Justiça Militar, foram elaboradas e aplicadas provas aos Substitutos de Oficial de Justiça e ao pessoal contratado pelo regime CLT, no Tribunal e nas Auditorias, resultando na habilitação de 123 candidatos, os quais já foram devidamente incluídos no Quadro Funcional. Os que não obtiveram aprovação foram incluídos em quadro suplementar, ou tabela em extinção.

8.3 DATILÓGRAFOS (STM E AUDITORIAS)

Com a finalidade de dotar a Justiça Militar de pessoal habilitado para a função de datilógrafo, foram elaboradas as instruções reguladoras do concurso respectivo. Após aprovadas pelo Plenário do Tribu

nal, realizou-se o concurso, a cargo de uma Comissão Examinadora constituída por funcionários da Secretaria do S.T.M., tendo sido aprovados 19 candidatos. Até a presente data foram feitas 6 nomeações para o S.T.M. e 13 para as Auditorias.

8.4 AGENTE-DE-PORTARIA

Estando o Tribunal carente de Agentes-de-Portaria, procedeu-se à elaboração das instruções reguladoras do concurso. Submetidas à apreciação do Plenário, foram as instruções aprovadas e designada a Comissão Examinadora, que programou a realização do concurso para 28 de março de 1976.

8.5 MOTORISTAS

Da mesma forma, estando as Auditorias e o Setor de Transportes do Tribunal desprovidos de número suficiente de motoristas, foram elaboradas as instruções reguladoras do concurso. Aprovadas pelo Plenário, foi designada a Comissão Examinadora, que marcou o dia 11 de abril de 1976 para a realização do concurso.

8.6 AGENTE ADMINISTRATIVO

Foi marcada, também, a data de 29 de março de 1976, para realização da prova de habilitação para o cargo de Agente Administrativo, com a finalidade de enquadramento de funcionários concorrentes ao Plano de Classificação, como clientela geral daquela categoria funcional, nos Quadros do Tribunal e das Auditorias.

9 - C U R S O S

A fim de permitir a implantação de alguns serviços neste Tribunal, foram estabelecidos contatos com entidades públicas e privadas, da Administração Federal e Estadual, visando proporcionar aprendizagem e aperfeiçoamento, aos funcionários designados para os novos setores, dentre os quais destacamos:

a) SENADO FEDERAL - Prodasen

Curso realizado para possibilitar a implantação do Termi -

nal do PRODASEN neste Tribunal;

b) DETRAN - DF

Curso reeducativo de tráfego aos motoristas do S.T.M.;

c) EMBRATEL

Curso de Teleimpressor para o operador de Telex do S.T.M.;

d) CHAMATEX COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

Curso de Prevenção e Combate a Incêndio aos componentes do SSPCI do S.T.M.

10 - C O N V Ê N I O S

Foram realizados os seguintes convênios:

a) SENADO FEDERAL

Implantação do Terminal PRODASEN;

b) MINISTÉRIO DO EXÉRCITO - COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS.

Construção das sedes das Auditorias de Bagé, Santa Maria e Campo Grande.

11 - IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS

11.1 SERVIÇO DE TELEX

Sentindo as dificuldades de comunicação existentes entre o Tribunal e os órgãos da Justiça Militar, procurou esta Presidência estabelecer contatos com o Ministério das Comunicações, a fim de dotar a Justiça Militar de uma rede de comunicações eficiente, capaz de atender às suas necessidades, até então supridas pelas Unidades Militares.

Inicialmente, foi-nos concedido um terminal para o serviço de Telex, cujo equipamento foi instalado em maio de 1975, na Secretaria da Presidência do S.T.M.

Tendo em vista os resultados alcançados, foi executado um planejamento para possibilitar a extensão do serviço de telex às Auditorias.

Ainda no primeiro trimestre deste ano, foram instalados um terminal em Juiz de Fora e outro em Santa Maria, ambos em funcionamento. Obteve-se, também, a reserva de 3 terminais a serem instalados na cidade do Rio de Janeiro, nas 1a. Auditoria do Exército, 1a. Auditoria de Marinha e 1a. Auditoria da Aeronáutica.

A fim de melhor coordenar o Serviço de Telex, foram elaboradas as normas para sua utilização - ATO Nº 3598/75.

A Embratel proporcionará cursos de Teletipotelegráfico aos funcionários da Justiça Militar destacados para operarem os equipamentos instalados.

11.2 SERVIÇO DE SEGURANÇA E DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

Face às falhas apontadas no Relatório apresentado pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, quando da vistoria procedida no prédio-sede do Tribunal, na gestão do meu antecessor, foram tomadas várias medidas preventivas, dentre as quais:

a) criação de um Serviço de Segurança e de Prevenção e Combate a Incêndio, que ficou sob a orientação do Comandante do Contingente do S.T.M. - (ATO nº 3595);

b) estabelecimento de normas reguladoras para o SSPCI (ATO nº 3585, de 17.10.75);

c) curso patrocinado pela CHAMATEX - COM. e Representação / Ltda. aos elementos componentes da equipe do SSPCI;

d) orientação técnica aos componentes da equipe do SSPCI, com posta de funcionários do STM, Auditoria e Procuradoria-Geral da Justiça Militar;

e) revisão, recarga e aquisição de extintores;

f) interdição de área lateral ao prédio do edifício-sede do STM, para fácil acesso do Corpo de Bombeiros, em caso de incêndio;

g) colocação de cartazes contendo o número do telefone do Corpo de Bombeiros em todas as Divisões do Tribunal;

h) eliminação de pontos de energia desnecessários; e

i) revisão de toda a instalação elétrica do edifício-sede do

S.T.M.

11.3 TERMINAL PRODASEN

Visando proporcionar um meio mais eficaz e objetivo de consulta à legislação e jurisprudência dos Tribunais, foram estabelecidos entendimentos com o Senado Federal, a fim de se instalar um terminal de processamento de dados nesta Corte, o que foi concretizado em meados do ano de 1975.

Do convênio firmado, resultou a aquisição do equipamento respectivo, à firma IBM e, face a exigências técnicas, foi necessário instalar-se um aparelho de ar condicionado na Sala de Operações.

O Prodaseen proporcionou um curso de manuseio aos funcionários designados para operar o equipamento.

Foi também instituído um grupo de trabalho para estudar a implantação do serviço (ATO 3427), que, inclusive, já possui considerável número de informações do Banco de Dados.

Já foram implantados 1.900 documentos e 2.600 estão prontos para implantação.

12 - PARTICIPAÇÃO DO S.T.M. EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E SIMPÓSIOS

- 1 - I Simpósio Nacional sobre Serviço Militar - EMFA - Brasília (representado pelo Major João Baptista da Silva Fagundes);
- 2 - II Seminário Nacional sobre Orçamento Público - Fortaleza (representado pelos Srs. Dimar João Peixoto, Assessor do Diretor do Departamento Administrativo e Cyro Nunes Pizzá, Chefe da Seção de planejamento e Execução Orçamentária, da Divisão de Finanças e Patrimônio);
- 3 - I Simpósio sobre Justiça Militar - CEUB Brasília (representado pelo Dr. Helcio Barcellos Percia, Secretário da Presidência);
- 4 - I Simpósio sobre problemas da Justiça no Distrito Federal (representado pelo Dr. Helcio Barcellos Percia, Secretário da Presidência).

13 - CRIAÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

Preocupada com o relacionamento do S.T.M. com a Imprensa local e representantes de órgãos de divulgação de todo o País, esta Presidência tomou algumas medidas que possibilitaram um melhor entrosamento com esses órgãos, tais como:

- a) designação de um Assessor de Imprensa;
- b) reabertura solene da Sala de Imprensa, com inauguração de retrato do fotógrafo "Ortiz Rubio", da revista "O Cruzeiro", falecido em serviço, quando efetuava a cobertura de uma exibição da Esquadilha da Fumaça.

A essa solenidade compareceram representantes dos diversos órgãos da Imprensa.

14 - ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Em face da nova estrutura administrativa imposta pela implantação do Plano de Classificação de Cargos, foi instituída uma Comissão, com vistas a apresentar um anteprojeto de atualização do Regulamento dos Serviços Auxiliares do S.T.M.

15 - ELABORAÇÃO DE NORMAS DE SERVIÇOS

Procurando processar de maneira mais racional alguns serviços do S.T.M., foram elaboradas e postas em prática as seguintes normas:

- Normas reguladoras de recebimento, estoque e controle de material;
- Normas reguladoras do Serviço de Telex;
- Normas reguladoras do Serviço de Segurança e de Prevenção e Combate a Incêndio;
- Normas reguladoras de utilização dos veículos oficiais;

- Normas reguladoras de distribuição de apartamentos (ainda em estudo);
- Normas reguladoras da utilização da aeronave da FAB para viagens mensais, e
- Normas reguladoras da concessão de diárias para magistrados e funcionários.

16 - GUIA TELEFÔNICO

Procurando aprimorar o Caderno de Endereços, dando-lhe nova apresentação, procedeu-se à elaboração de um Guia Telefônico.

17 - ORDEN DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILITAR

Foi aprovada pelo Plenário uma reformulação no Regulamento da Ordem do Mérito Judiciário Militar, conforme anteprojeto elaborado pela Comissão encarregada do assunto, constituída pelos Exm^{os} Srs. Ministros Dr. Alcides Vieira Carneiro, Alm. Esq. Hélio Ramos de Azevedo Leite e Ten. Brig. Honório Pinto Pereira de Magalhães Neto.

Foi, também, revisto e atualizado, por esta Presidência, o Almanaque da Ordem do Mérito Judiciário Militar, dando-se-lhe, inclusive, uma nova apresentação.

18 - REVISTA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Teve esta Presidência a satisfação de concretizar antigo anseio desta Corte de Justiça ao publicar o 1º número da Revista do Superior Tribunal Militar. Tal fato foi possível graças aos trabalhos dos Exm^{os} Srs. Ministros Dr. Amarílio Lopes Salgado, Gen. Ex. Rodrigo Octávio Jordão Ramos e Alm. Esq. Octávio José Sampaio Fernandes, integrantes da Comissão constituída para planejamento e elaboração da Revista.

19 - ALTERAÇÃO NA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

Conforme decisão do Plenário, de 15 de dezembro de 1975,

foi elaborado e encaminhado ao Exmº Sr. Ministro da Justiça um anteprojeto de lei que visa a preencher algumas lacunas existentes na legislação relativa à Lei de Organização Judiciária Militar, bem como atualizá-la em alguns aspectos, para o melhor funcionamento do Tribunal, quais sejam:

- a) Instituição de Turmas
- b) alteração nas atribuições do Presidente e
- c) extinção das entrâncias.

20 - SOLEINIDADE DO DIA DA BANDEIRA

Atendendo convite formulado por esta Presidência, compareceram à Solenidade do Dia da Bandeira, realizada por esta Corte, os Exmºs Srs. Ministros, Diretores e funcionários do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Superior Eleitoral, emprestando, assim, maior brilho à cerimônia.

Eis, Senhores Ministros, as atividades desta Presidência no ano de 1975.

Brasília, DF., 1º de abril de 1976.

Carlos Alberto H. O. Sampaio
TEN. BRIG. CARLOS ALBERTO H. O. SAMPAIO
MINISTRO-PRESIDENTE DO S.T.M.

1ª P A R T E

CALENDÁRIO

1) APRECIACÃO:

O ano judiciário ora findo foi marcado pela comemoração de diversas datas festivas, por vários acontecimentos de natureza diversa e pela visita de algumas personalidades ilustres, que honraram e prestigiaram este Superior Tribunal Militar com as suas presenças.

2) EVENTOS:

Relação cronológica dos diversos eventos importantes ocorridos no Superior Tribunal Militar, no ano de 1975.

a) Abertura e encerramento do ano judiciário:

Fevereiro/75

14 - Início dos trabalhos referentes ao ano judiciário de 1975.

Dezembro/75

18 - Encerramento dos trabalhos referentes ao ano judiciário de 1975.

b) Eleições:

Março/75

10 - Foram eleitos para os cargos de Presidente e Vice - Presidente do STM, para o biênio 1975-1976, os Exmos.Srs. Ministros Ten.

Brig. Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio e o Dr. Nelson Barbosa Sampaio, respectivamente.

c) Comemorações:

Fevereiro/75

- 21 - Comemoração do 30º aniversário da conquista de Monte Castello, pela FEB, na Campanha da Itália, que transcorre a 21 de fevereiro, ocasião em que foram homenageados os Ministros Gen. Ex. Jurandyr de Bizarria Mamede, Syseno Sarmento e Augusto Fragoso, participantes diretos do evento.

Abril/75

- 02 - Comemoração do 11º aniversário da Revolução de março de 1964 e mais um aniversário do Tribunal, que transcorre no dia 1º de abril, ocasião em que esta Corte de Justiça completou 167 anos de existência.
- 14 - Comemoração do 30º aniversário da Batalha de Montese, que transcorre a 14 de abril, da qual participaram os Exmos. Srs. Ministros Syseno Sarmento, Bizarria Mamede e Augusto Fragoso.
- 24 - Comemoração de mais um aniversário do "Dia da Aviação de Caça", que transcorre a 22 de abril.

Maio/75

- 06 - Comemoração do "Dia das Comunicações", que transcorre a 05 de maio, homenageando seu Patrono - Marechal Cândido Rondon, pioneiro das comunicações no País.

Junho/75

- 11 - Comemoração de mais um aniversário da Batalha do Riachuelo, que transcorre a 11 de junho.

Agosto/75

- 08 - Comemoração de mais um aniversário da Instalação dos Cursos

Jurídicos no Brasil, que transcorre em 11 de agosto.

- 22 - Comemoração de mais um "Dia do Soldado", que transcorre a 25 de agosto, ocasião em que foi ressaltada a figura de Duque de Caxias - Patrono do Exército Brasileiro.

Outubro/75

- 22 - Comemoração de mais um "Dia do Aviador", que transcorre a 23 de outubro.

Novembro/75

- 12 - Comemoração do "Dia do Armistício", que pos fim à 1ª Guerra Mundial, que transcorre a 11 de novembro.
- 21 - "Dia da Bandeira" - No dia 19 de novembro foi prestada homenagem solene à Bandeira Nacional, pelos Srs. Ministros do Superior Tribunal Militar, que contou com a presença dos Srs. Ministros do Tribunal Federal de Recursos, Tribunal Superior do Trabalho, Procurador-Geral do Ministério Público Militar, Auditores, Procuradores, Advogados, Assistentes, Assessores, Oficiais, funcionários da Secretaria do STM, das Auditorias e militares do Contingente, bem como funcionários dos demais Tribunais. O Exmo.Sr. Ministro Gen.Ex. Jurandyr de Bizarria Mamede procedeu ao hasteamento da Bandeira e o Exmo.Sr. Ministro Alm.Esq. Octávio José Sampaio Fernandes proferiu uma oração saudando a Bandeira.
- 26 - Comemoração da "Intentona Bolchevista de 1935, sendo reverenciado o desaparecimento dos brasileiros mortos na covarde Intentona.

Dezembro/75

- 03 - Comemoração do sesquicentenário do nascimento do Imperador D. Pedro II, que transcorreu em 02 de dezembro.
- 10 - Comemoração de mais um aniversário do "Dia da Justiça" que transcorreu a 08 de dezembro.

d) Decisões:

Maio/75

12 - Mandado de Segurança nº 98:

Unanimemente, indeferido o pedido de José Dias de Souza e outros, funcionários das Secretarias das Auditorias da 2ª CJM, que requereram a concessão da medida de segurança, para o fim de continuar recebendo a parcela de seus adicionais por tempo de serviço, que percebiam como vantagem pessoal, sob o título de "vantagens extintas", ex-vi do art. 12, parágrafo único, da Lei nº 5.849/72, e mantida pelo art. 2º, § 1º, da Lei nº 5.998/73, e, liminarmente, fosse suspensa a ordem que sustou o pagamento das referidas vantagens a que, por Lei, têm direito.

Junho/75

23 - Questão Administrativa nº 164:

Unanimemente, deferiu o requerimento de Eliézer Corrêa de Oliveira, Alfredo Antônio Guarischi e Palma e Edgard Porto Penna de Carvalho, Substitutos de Advogado-de-Ofício e Hiran de Araújo Faria, Annibal Augusto dos Anjos e Manoel Hermógenes Duarte, Substitutos de Oficial de Justiça, todos com estabilidade reconhecida, mas com vencimentos apenas quando convocados, para que tenham os vencimentos integrais, com efetivação na função, sem prejuízo de terceiros, ou de outros quaisquer, tendo em vista que os mesmos já são estáveis em função do § 2º do art. 177 da Constituição Federal de 1967.

Novembro/75

21 - Mandado de Segurança nº 99:

Por maioria, deferiu o pedido de Maria Aparecida Fernandes da Silva, Técnico Judiciário "A", no qual pleiteou sua classificação na Classe "B" da Categoria Funcional de Técnico Judiciário do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro Per

manente das Auditorias da Justiça Militar, com ressarcimento de preterição, em razão do despacho do Exmo.Sr. Ministro-Presidente, que indeferiu a revisão de seu enquadramento no Plano de Classificação de Cargos.

Dezembro/75

03 - Mandado de Segurança nº 101:

Por unanimidade de votos, o Tribunal deferiu o Mandado de Segurança, impetrado por Nilton Rangel Coutinho e outros, contra ato da Comissão Examinadora do Concurso de Auditor Substituto de 1ª Entrância da J.M., que indeferiu seus pedidos de inscrição, sob alegação de que não tinham quatro anos de prática forense.

09 - Questão Administrativa nº 153:

Deixou de ser julgada a Q.A. em que o Ten.Brig. Carlos Alberto H.O. Sampaio, Ministro deste Tribunal, propôs o restabelecimento dos percentuais de gratificação adicional de tempo de serviço, de que se beneficiaram os Ministros Militares, como Oficiais, em virtude de os Ministros Militares se julgarem im pedidos.

e) Questões de Ordem e Proposições:

Setembro/75

17 - O Tribunal, em Sessão de 20-08-75, ao julgar as Representações nºs 1.008 e 1.009, das quais havia pedido vista o Ministro Dr. Waldemar Torres da Costa e tendo em vista não estarem presentes à Sessão em que foi feito o Relatório dois dos Srs. Ministros, decidiu, por unanimidade de votos dos Ministros pre sentes, que os Ministros que não tenham assistido ao relatô rio poderão participar do julgamento, quando se derem por es clarecidos, em razão dos debates decorrentes das informações trazidas a plenário pelo Ministro que houver solicitado vista dos autos.

24 - O Tribunal, por maioria, decidiu acolher a proposta apresenta da pelo Exmo.Sr. Ministro Gen.Ex. Augusto Fragoso, no sentido de que as decisões do Tribunal nos relatórios apresentados pe

lo Dr. Auditor-Corregedor, e objeto de apreciação do Plenário, sejam expressas através de despacho do Ministro Relator e inseridas na Ata da Sessão.

Outubro/75

- 03- O Tribunal, por maioria, dando interpretação ao art. 496, letra "b" do CPPM decidiu que no caso de haver impedimento quando do julgamento de processo de competência originária do Tribunal, e havendo quorum, não há necessidade de convocação para substituição, aplicando-se o que dispõe o art. 40 do Regimento Interno em relação ao julgamento.
- 06 - O Tribunal, por maioria, aprovou a proposição do Presidente, sugerida pela Comissão do Concurso de Datilógrafo, para alteração do critério de correção das provas de datilografia.

Novembro/75

- 12 - O Tribunal decidiu, em cumprimento ao art. 62, da Lei nº 5.010, de 30-05-66, considerar feriadados os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive.

Dezembro/75

- 03 - O Tribunal, deliberando sobre assunto de natureza administrativa, resolveu fixar:

Início do Recesso	18 Dez 75 - 5ª feira
Término do Recesso	06 Jan 76 - 3ª feira
Início das Férias	07 Jan 76 - 4ª feira
Término das Férias	06 Fev 76 - 6ª feira

f) Posse e Despedida de Ministro:

Março/75

- 18 - Despediu-se do cargo de Vice-Presidente deste STM, o Exmo. Sr. Ministro Dr. Amarílio Lopes Salgado, cujo mandato expira-se nesta data.
- 19 - Tomaram posse dos cargos de Presidente e Vice-Presidente deste STM, para o biênio 1975-1976, os Exmos.Srs. Ministros Ten. Brig. Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio e Dr. Nelson

Barbosa Sampaio, respectivamente.

g) Visitas Importantes:

Junho/75

- 25 - Estiveram em visita ao STM o Diretor e Oficiais da Escola Su
perior de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Ja
neiro, que é cursada por Oficiais de vários Estados e de ou
tros países.

2ª P A R T E

ADMINISTRAÇÃO

1) APRECIACÃO:

Apesar de os problemas da Justiça Militar serem muitos e de difícil solução, foram adotadas diversas medidas visando diminuir-los ao máximo. Dentre as adotadas, destacamos:

- Participação de dois funcionários no "II Seminário Nacional Sobre Orçamento Público", realizado em Fortaleza-CE e promovido pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República;

- Participação de três funcionários no "Seminário sobre Biblioteca de Órgãos Legislativos e o Assessoramento na Elaboração das Leis";

- Assinatura de convênio com o Senado Federal para implantação da jurisprudência do STM no Centro de Processamento de Dados "PRODASEN" com a utilização de equipamento IBM, instalado no 3º andar do Edifício-sede deste STM;

- Instalação de equipamento de telex, a fim de melhor atender aos serviços do Tribunal;

- Impressão e distribuição de apostilas aos funcionários concorrentes a aproveitamento na Categoria Funcional de Agente Administrativo, objetivando o seu treinamento para a prova específica a que serão submetidos;

- Compra e instalação de equipamentos, para dotar a Oficina-garagem do STM de todos os elementos necessários a um bom e rápido atendimento à frota de veículos pertencentes ao STM;

- Aquisição de frigorífico e outros equipamentos neces

sários à instalação de um serviço de bar que em breve já deverá es
tar funcionando, com o objetivo de atender aos anseios dos funcion
nários que aqui labutam;

- Aquisição de micro-ônibus Mercedes-Bens, que já es
tão servindo ao transporte dos funcionários de suas residências
para o Tribunal e vice-versa;

- Impressão de um novo e atualizado "Guia Telefônico"
da Justiça Militar;

- Compra de diversos materiais (fichários rotativos e
horizontais, máquinas de escrever e de calcular elétricas, estan
tes moduladas e outros), visando não só um melhor desempenho dos
serviços do Tribunal como a economia homem/hora, vez que, como é
do conhecimento geral, é grande o desfalque de funcionários no Qua
dro da Secretaria do STM;

- Com a aquisição de diversas máquinas (gravadora de
matrizes para Off-set, dobradeira e vincadora, plastificadora e
outras) e de alguns livros e periódicos (Lex, Coletânea de legisla
ção, Revista de Direito Público, A Nova Lei de Segurança Nacional,
Dicionário de Direito e outros) procurou-se equipar e dotar a Divi
são de Documentação e Divulgação (Biblioteca) de melhores condições
para bem atender a todos que a ela recorrem;

- No decorrer de 1975, a Presidência realizou um inten
so e cansativo programa de viagem de inspeção às Auditorias da Jus
tiça Militar, com o fito de verificar "in-loco" suas necessidades
e, na medida do possível, procurar saná-las (ver relatório das ins
peções às Auditorias apresentado em 11-12-1975).

2) PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - ORÇAMENTO DE 1975 - DISTRIBUIÇÃO DAS DOTA ÇÕES E SUPLEMENTAÇÕES PELAS UNIDADES DA JUSTIÇA MILITAR:

O valor global da "Proposta Orçamentária" da Justiça

Militar para o Exercício Financeiro de 1975 foi de Cr\$69.969.300,00, sendo Cr\$35.222.000,00 para o S.T.M. e Cr\$34.747.300,00 para as Auditorias.

O Orçamento-Geral da União, através da Lei nº 6.187, de 16-12-74, publicada no Suplemento "A" ao nº 241 do "Diário Oficial da União", de 16-12-74, consignou à Justiça Militar a importância de Cr\$50.111.400,00, tocando Cr\$25.034.400,00 para o S.T.M. e Cr\$25.077.000,00 para as Auditorias. Houve, portanto, uma redução total de Cr\$19.854.900,00 (Cr\$10.187.600,00 concernentes ao STM e Cr\$9.670.300,00 às Auditorias).

3) SUPLEMENTAÇÕES RECEBIDAS PELA JUSTIÇA MILITAR DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1975:

1º) CRÉDITO SUPLEMENTAR (Decreto nº 76.060, de 31-07-75 - Cr\$.....
Cr\$16.982.000,00)

2º) CRÉDITO SUPLEMENTAR (Decreto nº 76.662, de 24-11-75 - Cr\$.....
Cr\$1.865.000,00)

DESTAQUE DE CRÉDITO Através da Exposição de Motivos nº 380, da Secretaria de Planejamento, aprovada pelo Exmo.Sr. Presidente da República, foi deferido o destaque de crédito na importância de Cr\$2.300.000,00, destinado à construção da Auditoria da 8ª CJM.

4) DISTRIBUIÇÃO DA DOTAÇÃO E POSTERIORES SUPLEMENTAÇÕES - 1975:

- UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	Cr\$34.331.400,00
AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR	<u>34.812.000,00</u>
TOTAL RECEBIDO PELA JUSTIÇA MILITAR EM 1975 . . .	Cr\$69.143.400,00

- UNIDADES ADMINISTRATIVAS:

Auditoria de Correição	C\$ 1.230.925,33
1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM	1.873.063,00
2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM	1.555.564,82
1ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM	2.090.750,60
2ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM	1.847.165,62
1ª Auditoria do Exército da 1ª CJM	1.987.525,00
2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM	1.459.856,00
3ª Auditoria do Exército da 1ª CJM	2.077.813,00
1ª Auditoria da 2ª CJM	1.262.733,56
2ª Auditoria da 2ª CJM	1.244.245,00
3ª Auditoria da 2ª CJM	514.223,21
1ª Auditoria da 3ª CJM	1.510.186,86
2ª Auditoria da 3ª CJM	1.035.199,38
3ª Auditoria da 3ª CJM	1.116.181,30
Auditoria da 4ª CJM	1.326.459,10
Auditoria da 5ª CJM	1.122.701,20
Auditoria da 6ª CJM	1.007.465,00
Auditoria da 7ª CJM	1.148.485,92
Auditoria da 8ª CJM	903.411,88
Auditoria da 9ª CJM	954.268,00
Auditoria da 10ª CJM	696.806,32
Auditoria da 11ª CJM	996.969,90

- SUBTOTAL C\$28.962.000,00

Obras Públicas - 4.1.1.0 (*) 3.550.000,00

Serviços em Regime de Programação Especial -

- 4.1.2.0 (**) 2.300.000,00

TOTAL DA DOTAÇÃO DAS AUDITORIAS C\$34.812.000,00
=====

(*) A importância acima se refere à dotação destinada às obras de construção das Auditorias de Bagé e Santa Maria, RS, e que foi distribuída da seguinte forma:

Auditoria de Bagé - RS	C\$1.730.000,00
Auditoria de Santa Maria-RS	1.820.000,00

(**) Valor referente ao Destaque à Exposição de Motivos nº 380, de 21/11/75 (DO de 25/11/75), destinado à Auditoria da 8ª CJM (construção do Edifício-Sede), em Belém-PA.

3a. P A R T EATIVIDADES JUDICIÁRIAS E ADMINISTRATIVAS1) APRECIACÃO:

No transcurso do ano de 1975, foram intensas as atividades judiciárias e administrativas do Tribunal, da Ordem do Mérito Judiciário Militar, bem como das Auditorias da Justiça Militar, conforme se depreende dos quadros transcritos a seguir:

2) ESTATÍSTICA:A) SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR:I) PLENÁRIO

a) Sessões Ordinárias	84
" Extraordinárias	23
" Sôlenes	1

b) Movimento Geral:

Ação Originária	1
Apelações	546
Conflitos de Competência	7
Correições Parciais	22
Conselhos de Justificação	9
Desaforamentos	9
Embargos (Apelação)	11
Embargos (Recurso Criminal)	1
Habeas-Corpus	101
Mandados de Segurança	4
Petições	16
Questão Administrativa	1
Recursos Criminais	77
Reclamações	2
Relatórios	3
Representações	9
Revisões Criminais	7

c) Horas de reunião do plenário 535

d) Duração média das Sessões (horas)..... 5

e) Resultados de julgamentos:

<u>Ação Originária</u>	
Absolvições	3

Apelações:

Crimes militares	406
Julgados	402
Não tomou conhecimento	4

Com maior incidência:

Art. 187	-	42%
Art. 183	-	8%
Art. 210	-	8%

OBSERVA-SE que crimes capitulados no título III do CPM têm incidência de 55%;

OBSERVA-SE também que crimes capitulados no título IV do CPM têm incidência de 17%.

Crimes - (Lei de Segurança Nacional)	140
--	-----

Com maior incidência:

Art. 27-DL 898/69	-	50%
Art. 14-DL	"	28%

ABSOLVIDOS:

Crimes militares	-	76
Crimes Lei Seg.Nac	-	319
Total		395

CONDENADOS:

Crimes militares	-	348
Crimes Lei Seg.Nac	-	189
Total		537

ININPUTÁVEIS:

Crimes militares	-	1
Crimes Lei Seg.Nac	-	1
Total		2

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE POR MORTE:

Crimes militares	-	0
Crimes Lei Seg.Nac	-	13
Total		13

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE P/PRESCRIÇÃO:

Crimes militares	-	5
Crimes Lei Seg.Nac	-	5
Total		10

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA ABOLIÇÃO CRIMINIS:

Crimes militares	-	0
Crimes Lei Seg.Nac	-	5
Total		5

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO INDULTO:

Crimes militares	-	3
Crimes Lei Seg.Nac	-	0
Total		3

Conflitos de Competência:

Julgados procedentes	5
Não tomou conhecimento	2

Correições Parciais:

Indeferidas	10
Deferidas	4
Não tomou conhecimento	8

Obs.: Uma foi aceita como Representação e indeferida.

Conselhos de Justificação:

Justificado	1
Não justificados	7
Sustado o julgamento (Posteriormente julgado)	1

Desaforamento:

Deferidos	9
-----------------	---

Embargos:

Rejeitados	6
Acolhidos	5
Não tomou conhecimento	1

Habeas-Corpus:

Concedidos	7
Denegados	25
Não tomou conhecimento	41
Prejudicados	5
Baixados em diligência	2

Mandados de Segurança:

Deferidos	2
Indeferidos	1
Não tomou conhecimento	1

Peticões:

Deferidas	7
Indeferidas	8
Não tomou conhecimento	1

Questão Administrativa:

Deferida	1
----------------	---

Recursos Criminais:

Providos	18
Não providos	56
Não tomou conhecimento	2
Em diligência.....	1

Reclamações:

Acolhida	1
Não tomou conhecimento	1

Relatórios:

Aprovado	1
Tomaram conhecimento	2

Representações:

Deferida	1
Indeferida	1
Não tomou conhecimento	4
Arquivadas	3

Revisões Criminais:

Deferidas	2
Indeferidas.....	4
Não tomou conhecimento	1

Número total de processos julgados em 1975..... 826

Atividades burocráticas:

Rádios expedidos (comunicações s/julgamentos).....	816
Rádios recebidos	10
Ofícios expedidos (comunicações s/julgamentos)	71
Ofícios expedidos (diversos)	13
Ofícios recebidos	7
Memorandos expedidos	55
Memorandos recebidos	10

II) CONSELHO DA ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILITAR:

a) O Conselho realizou:

Sessões Extraordinárias	3
Sessão Ordinária	1
Sessão Solene	1

b) Aprovou:

Propostas de "Alta Distinção"	18
Propostas de "Distinção"	24
Propostas de "Bons Serviços"	23

c) Alterou:

O Regulamento da Ordem.

A Secretaria do Conselho da Ordem recebeu e expediu os seguintes documentos:

d) Recebidos:

Ofícios	32
Rádios	16
Telegramas	2
Cartas	6
Memorandos	3
Procurações	3

e) Expedidos:

Ofícios do Presidente	73
Ofícios do Secretário	51
Memorandos	1
Telegramas	1

III) GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1) SECRETARIA

a) Documentos expedidos:

Ofícios	937
Memorandos	682
Rádios e Telegramas	432
Atos	291

b) Documentos recebidos:

Ofícios	700
Memorandos	268
Rádios e Telegramas	425
Partes	74
Diversos	275

c) Audiência de distribuição de processos 47

d) Pedidos de material 32

e) Serviço de Telex:.....

- Mensagens expedidas:

Presidência	352
Gabinetes de Ministros	839
Diretoria-Geral	566
Secretaria do Tribunal Pleno	59
Departamentos Administrativo e Judiciário	142
Auditorias da 11a. CJM e de Correição	50
Procuradoria-Geral da Justiça Militar	24

T o t a l 2.032

- Mensagens recebidas:

Presidência	134
Gabinetes de Ministros	721
Diretoria-Geral	134
Secretaria do Tribunal Pleno	2
Departamentos Administrativo e Judiciário	53
Auditorias da 11a.CJM e de Correição.. ..	42
Procuradoria-Geral da Justiça Militar	70

T o t a l 1.156

2) ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

a) Despachos em Recursos Extraordinários....	10
b) Despachos em H.C. ad referendum do STM...	37
c) Informações em Habeas Corpus	9
d) Informações em Mandado de Segurança	4
e) Anteprojeto de lei	1
f) Pareceres ou Estudos em processos administrativos	3
g) Despacho em processo criminal	1
h) Cartas	3
i) Pedidos de material	4

3) PRODASEN - Terminal STM:

a) Documentos implantados	1.900
b) Documentos em fase de implantação	2.600
	4.500

4) ASSESSORIA DE IMPRENSA

a) "Presses releases" aos jornais	66
b) Credenciamento de jornalista	1

5) SERVIÇO DE SEGURANÇA E DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO:

a) Documentos expedidos:

Partes	14
Memorandos	8
Normas de Serviço (distribuídas-exemplares)	426

b) Documentos recebidos:

Ofícios	3
Atos	1

c) Extintores:

Aquisição	9
Recarregamento e teste de pressão ..	55

d) Confecção de placas:

"É proibido fumar"	4
"Incêndio Disque 193"	100

IV) GABINETE DA DIRETORIA-GERAL:

a) Folhas de ponto	1.740
b) Despachos do Presidente	10
c) Despachos do Diretor-Geral	325
d) Memorandos	40
e) Mensagens	-
f) Ofícios do Presidente	15
g) Ofícios do Diretor-Geral	79
h) Pareceres do Diretor-Geral	355
i) Pedidos de Material	16
j) Telegramas expedidos	21
l) Carteiras funcionais fornecidas	22
m) Leis, Decreto-leis e Decretos de interesse da J.M.	127

V) DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO:

a) Ofícios	33
b) Memorandos	27
c) Pareceres	7

VI) DIVISÃO DE PESSOAL:

- Produção e Expedição de Documentos:

a) Apostilas	315
b) Atos do Presidente	301
c) Boletins da Justiça Militar	56
d) Certidões	18
e) Outros documentos protocolizados	160
f) Formulários do IPASE, DETRAN e M.Ex..	32
g) Informações instrutivas de processos.	746
h) Memorandos	528
i) Ofícios	827
j) Of. Circulares	15
l) Ordens de Serviço	28
m) Projetos de Decreto	4

n) Rádios e Telegramas	1.612
o) Termos de posse	36

VII) DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO:

a) Apelações	487
1) FORMA ESPECIAL: I) DESERÇÃO -162	
II) INSUBMISSÃO- 55	
2) FORMA ORDINÁRIA:	270
b) Agravos de Instrumento (Rem. ao STF) ..	4
c) Conselhos de Justificação	3
d) Correições Parciais	20
e) Conflitos de competência	5
f) Desaforamentos	8
g) Embargos	18
h) Exceção de suspeição	1
i) Habeas-Corpus	165
j) Inquéritos	1
l) I.P.M (Rem. à Procuradoria-Geral)	1
m) Mandados de Segurança	8
n) Petições	18
o) Recursos Criminais	74
p) Recursos Extraordinários	10
q) Recursos Ordinários (Rem. ao STF)	47
r) Reclamações	2
s) Relatórios	5
t) Representações (sendo 1 de Indignidade.	
para Oficialato)	14
u) Revisões Criminais	9
v) Processos remetidos à Procuradoria-Geral	880
x) Memorandos Expedidos	186
z) Rádios, telegramas e telex expedidos ..	532
al) Certidões	9
bl) Ofícios expedidos	1.245
1-assinados pelo Ministro-Presidente	
te	20
2-assinados pelos relatores ..	24
3-assinados pelo Diretor-Geral	1.201

VIII) DIVISÃO DE ACÓRDÃO E JURISPRUDÊNCIA:

a) Acórdãos prolatados e datilografados:(Ministros)

1) Ten.Brig.Ar Carlos Alberto H.O. Sampaio	
(até 18 de março/75)	3
2) Dr. Alcides Vieira Carneiro	108
3) Alm.Esq.Sylvio Monteiro Moutinho	37
4) Dr. Waldemar Torres da Costa	90
5) Gen.Ex. Jurandyr de Bizarria Mamede ...	2
6) Dr. Amarílio Lopes Salgado	88
7) Dr. Nelson Barbosa Sampaio	91
8) Gen.Ex. Syseno Sarmiento	18
9) Gen.Ex. Augusto Fragoso	40
10) Dr. Jacy Guimarães Pinheiro	89
11) Alm.Esq. Hélio Ramos de Azevedo Leite..	45
12) Gen.Ex. Rodrigo Octávio Jordão Ramos...	38
13) Ten.Brig.Ar Honório Pinto Pereira de Ma	
galhães Neto	44
14) Ten.Brig.Ar Faber Cintra	30
15) Alm.Esq. Octávio José Sampaio Fernandes	27

b) Acórdãos proferidos:

1)	Ação Originária	1
2)	Apelações	507
3)	Conflitos de Competência	6
4)	Conselhos de Justificação	8
5)	Correições Parciais	21
6)	Desaforamento	7
7)	Embargos	2
8)	Exceção de Suspeição	1
9)	Habeas-Corpus	87
10)	Inquérito	1
11)	Mandados de Segurança	2
12)	Petições	13
13)	Questões Administrativas	2
14)	Reclamação	1
15)	Recursos Criminais	71
16)	Relatórios da Auditoria de Correição ...	2
17)	Representações	5
18)	Revisões Criminais	5

c) Processos remetidos à Divisão de Processo Judiciário:

1)	Ação Originária	1
2)	Apelações	547
3)	Conflitos de Competência	6
4)	Conselhos de Justificação	8
5)	Correições Parciais	21
6)	Desaforamentos	15
7)	Embargos	6
8)	Habeas-Corpus	77
9)	Inquérito	1
10)	Mandados de Segurança	2
11)	Petições	11
12)	Reclamação	1
13)	Recursos Criminais	70
14)	Relatórios da Auditoria de Correição ...	3
15)	Representações	3
16)	Revisões Criminais	10

d) Processos remetidos à Divisão do Pessoal:

-	Questões Administrativas	2
---	--------------------------------	---

e) Expediente:

- Recebido:

1)	Ofícios	40
2)	Memorandos	26
3)	Rádios	5
4)	Requerimentos	10
5)	Ordens-de-Serviço (Diretor-Geral)...	2
6)	Atos da Presidência	2

- Expedido:

1)	Ofícios	32
2)	Memorandos	55
3)	Ementários mensais (sendo 1.000 exem plares)	10

f) Fotocópias extraídas de acórdãos (agosto a dezembro)	10.741
g) Cópias mimeografadas (outubro a dezembro).	9.350

IX) DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO:

a) Seção de Biblioteca:

1) Acervo:

Compra ou doação de livros	121
Compra ou doação de periódicos	9
Coletânea de legislação desde 1937	
Revistas de Direito Público desde 1967	

2) Tombamento:

Documentos (livros, folhetos e periódicos)	1.593
--	-------

3) Catálogo:

Obras	409
-------------	-----

4) Empréstimos:

Inscrições	48
Empréstimos	1.890

5) Atendimentos:

Pessoal do STM	1.041
Pessoal de fora	84
Pesquisas	230

6) Encadernação:

Livros e periódicos	1.225
---------------------------	-------

7) Datilografia:

Fichas de aquisição	1.778
Fichas de empréstimos	458
Fichas de inscrição	41
Fichas de leitor	82
Etiquetas	328
Bolso do livro	251

b) Seção de Legislação:

1) Fichas abertas	796
2) Cópias referentes à legislação	2.350

c) Seção de Divulgação:

1) Revistas (envelopamento e remessa).....	176
2) Cópias extraídas pelo Setor em fotocópia dora e mimeógrafo	62.844

d) Setor de Reprografia:

- 1) Foram rodados em mimeógrafos os seguintes trabalhos:
 - Ementário elaborado mensalmente pela Divisão de Acórdão e Jurisprudência;
 - Normas para o Serviço de Segurança e de Prevenção e Combate a Incêndio;
 - Boletim da Justiça Militar, elaborado semanalmente pela Divisão de Pessoal.

- 2) Foram gravados e rodados em off-set os seguintes trabalhos:
 - Capas para as "Normas para o Serviço de Segurança e de Prevenção e Combate a Incêndio"
 - Regulamento da Ordem do Mérito Judiciário Militar
 - Reprodução da "Lei do Serviço Militar e seu Regulamento" inteiramente realizado pelo Setor, na seguinte ordem:
 - Gravação do documento original em chapa metálica;
 - Revelação;
 - Reprodução em off-set;
 - Gravação das chapas em off-set
 - Vincamento das capas em máquina própria
 - Plastificação das capas;
 - Paginação de 50 exemplares, com 131 páginas cada.
 - Relatório da visita do Ministro-Presidente às Auditorias.

X) DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS:

a) Seção de Protocolo e Expedição:

1) Documentos diversos recebidos e registrados	6.946
2) Ofícios expedidos pela "Numeração Geral"	2.474
3) Rádios e Telegramas expedidos pela "Numeração Geral"	1.612
4) Malotes expedidos	579
5) Malotes recebidos	487
- Expediente interno:	
Memorandos expedidos	52
Memorandos recebidos	67
Fichas arquivadas por ordem alfabética	6.946
Fichas arquivadas por repartições de origem	6.946
Documentos registrados em livros próprios e remetidos às Seções e outros órgãos da Secretaria do STM	6.946
Fichas de protocolo remetidas às Auditorias de origem	4.296

b) Seção de Portaria e Vigilância:

1) Memorandos expedidos	199
2) Documentos expedidos em guia do Serviço Postal	1.801
3) Correspondências expedidas através de Protocolo	4.306
4) Registro de carro (entrada e saída na garagem)	6.347
5) Telegramas expedidos	1.870
6) Rádios expedidos	2.066
7) Entrada e saída de pessoas no Tribunal (identificação)	7.206
8) Escala de serviço	83
9) Habeas-Corpus recebidos	29
10) Apelações recebidas	6
11) Petição recebida	1

12)	Documentos recebidos	6.858
13)	Correspondências recebidas	2.019
14)	Ato expedidos	774
15)	Diário de Justiça e Oficial recebidos	5.144
16)	Diário do Congresso recebido	252
17)	Autorização recebida de material que saiu do Tribunal	71
18)	Memorando recebido	20

c) Seção de Reparos e Conservação de Instalações:

1)	Instalação de saboneteira	18
2)	Instalação de Porta-toalha	9
3)	Recolocação de Portas	8
4)	Inversão de fechaduras	5
5)	Instalação de luminária	10
6)	Fixação de quadros na parede	18
7)	Memorandos expedidos	41
8)	Instalação de campanha na porta principal	1
9)	Reposição de lâmpadas fluorescente de 40w	203
10)	Substituição de tomadas de piso ..	18
11)	Reposição de lâmpadas incandescentes	56
12)	Fixação de extintores de incêndio	19
13)	Substituição de fuzíveis semes tp cartucho	5
14)	Reatores de duas vezes 40	47

d) Setor de Lanches:

Foram servidos lanches aos Srs. Minis-
tros no valor total de R\$17.190,08.

XI) SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA:

a)	Injeções musculares	258
b)	Injeções endovenosas	30
c)	Curativos	229
d)	Urgências	5
e)	Consultas	188
f)	Pedidos de exames:	
	- sangue	4
	- raio X	3
	- urina	0
	- fezes	3
g)	Medicações	641
h)	Receitas	92
i)	<u>Licenças:</u>	
	- número	26
	- dias	806
j)	<u>Dispensas:</u>	
	- número	33
	- dias	58
l)	Visitas domiciliares	18
m)	Diversos	80
n)	Paróceres médico	1
o)	Exames médicos	-
p)	Encaminhamentos às clínicas especializadas	4
q)	Aplicação de Vacinas Tipo A, contra menin- gite, por intermédio da SECRETARIA DE SAU- DE DO DF	200

XII) DIVISÃO DE ARQUIVO E CONSERVAÇÃO:a) Processos e Documentos recebidos e arquivados:1 - Processos recebidos da Divisão de Processo Judiciário:

Apelações	325
Habeas-Corpus	150
Recurso Criminal	72
Correição Parcial	27
Representação	3
Petição	11
Revisão Criminal	10
Reclamação	5
Recurso Extraordinário Criminal	7
Desaforamento	14
Conselho de Justificação	7
Agravo de Instrumento	5
Conflito de Competência	8
Inquérito	1
Mandado de Segurança	2
Relatório	3

2 - Processos recebidos da Auditoria de Correição:

Indulto	76
Livramento Condicional	69
Prisão em Flagrante	1
Representação	6
Extinção da Punibilidade	10
Requerimento	10
Insubmissão	19
Deserção	79
Extinção de Medida de Segurança	1
Sindicância	1
Comunicação da Pena	1
Peças de IPM	1
Expediente	1
Conselho de Disciplina	1
Forma Ordinária	223
Inquérito Policial	29
IPMilitar	520
Auto de Prisão em Flagrante	5
Comunicação de Prisão	16
Suspensão Condicional da Pena	15
Inquérito Policial	5
Execução de Sentença	30
Investigação Policial	4
Atas da Auditoria de Correição com remessa de processos	17

3 - Documentos recebidos de Diversas Seções:

Memorandos recebidos	118
Atas do Tribunal	22
Boletins da J.M.	49
Ofícios, Rádios e Telegramas recebidos ...	348
Requisições de Processos, atendidas	548
Requerimentos recebidos	445
Documentos para arquivar (p/volume)	325

b) Serviço de Datilografia:

1 - Expedientes Diversos:

Certidões expedidas	546
Fichas de processos, datilografadas:	
-Forma Ordinária.....	13.962
-Apelação	1.167
-Processos diversos	347
Memorandos expedidos	143
Ofícios expedidos	140
Telegramas e rádios expedidos	9

2 - Outros:

Fotocópias feitas para atender ao expediente desta Divisão	1.000
--	-------

XIII) REPRESENTAÇÃO DO STM NO RIO DE JANEIRO:

a) Ofícios expedidos	112
b) Memorandos expedidos	160
c) Telegramas expedidos	13
d) Documentos remetidos Brasília(malote)	2.102
e) Documentos recebidos Brasília(malote) e entregues aos destinatários	2.001
f) Requerimentos de certidões negativas processados	586
g) Consumo gasolina das viaturas (litro)	7.563

XIV) SEÇÃO DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO DE VIATURAS:

a) Expediente:

1) Memorandos expedidos	381
2) Memorandos recebidos	15
3) Ordens de Serviço expedidas	431
4) Pedidos de material	53
5) Requisição de Material	484

b) Serviços:

1) Revisão Geral viaturas	23
2) Lubrificações	70
3) Troca de aplicação de óleo	181

c) Viaturas:

1) Transferidas da Representação para o Tribunal	3
2) Transferidas do Tribunal para a Representação	2
3) Aquisição de Kombi 1975	5
4) Aquisição de Opala 1976	8
5) Aquisição de Ônibus 1976	4
6) Veículos antigos	29

d) Gasolina consumida:

1) Comum	(litro) 12.233
2) Azul	(litro) 4.974

e) Material de consumo (C):

Em estoque 36.079,52

XV) CONTINGENTE:a) Documentos expedidos:

1) Boletins do Contingente do STM	27
2) Declarações	4
3) Fichas Informativas p/Prorrogação de tempo de Serviço	6
4) Guias de Licença	12
5) Mapas de Viaturas	2
6) Ofícios ostensivos	82
7) Ofícios reservados	48
8) Partes	57
9) Pedidos de material	6
10) Permissões	15
11) Radiogramas	22
12) Relação de Conceitos	16
13) Relação de Efetivos (NCPM)	12
14) Telegrama	1

b) Documentos recebidos:

1) Boletins da Justiça Militar (nºs)	48
2) Boletins do Exército (52) número -e- exemplares	520
3) Boletins Reservados do Exército (15 nºs - exemplares	15
4) Boletins Reservados do Exército (8) nºs - exemplares	40
5) Boletins do D G P (nºs)	162
6) Boletins do QG/CMP/11ª RM (nºs)	243
7) Boletins do QG/CMP/11ª RM (Especial) ..	8
8) Boletins do QG/CMP/11ª RM (Administrati vos)	42
9) Boletins do Ministério da Marinha (nºs)	52
10) Diários do Congresso Nacional (nºs)	165
11) Dispensa Médica	4
12) Guia de Remessa	1
13) Mensagem Direta	1
14) Memorandos	29
15) Notas de Fornecimento de Material	8
16) Nota de Serviço	1
17) Noticiários do Exército (245 nºs) - exem plares	1.470
18) Ofícios ostensivos	55
19) Ofícios reservados	3
20) Partes	3
21) Radiogramas	43
22) Relação de Alterações	7
23) Relação de Pagamentos	11
24) Talão de Alta	1

XVI) DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO:a) Seção de Planejamento e Execução Orçamentária:

1) Ofícios 70

2)	Memorandos	41
3)	Informações de Processos	10
4)	Exposições de Motivos	2
5)	Rádios	32
6)	Notas de Provisão	591
7)	Notas de Anulação de Provisão	104

b) Seção de Pagamento do Pessoal:

1)	Dotação Orçamentária	27.175.400,00
2)	Despesa realizada	26.777.929,92
3)	Abertura de contas bancárias	35
4)	Averbações de empréstimos	314
5)	Cálculos de Proventos (expedidos)	20
6)	Declarações diversas (expedidas)	14
7)	Declarações de rendimentos (expedidas)...	147
8)	Empenhos	228
9)	Expediente recebido (diversos)	845
10)	Fichas Financeiras (abertura)	514
11)	Folhas de Pagamento (confeção)	24
12)	Informações de processos	71
13)	Informações para empréstimos	314
14)	Memorandos expedidos	54
15)	Processos de diárias	38
16)	Processos de Auxílio-doença	2
17)	Processos de exercícios anteriores	61
18)	Ofícios expedidos	64

c) Seção Financeira:

1)	Ofícios	83
2)	Memorandos	16
3)	Ordens Bancárias	210
4)	Ordens de Crédito	121
5)	Notas de Pagamento	838
6)	Cheques Emitidos	589
7)	Pagamentos em Espécie (Despesas Miúdas) ..	227

d) Setor do Almoxarifado:

1)	Número de processos recebidos e encaminha- dos	412
2)	Termos de Entrada de material de consumo ..	142
3)	Termo de Entrada de Material Permanente ..	122
4)	Notas de Fornecimento de Material de Con- sumo	596
5)	Notas de Fornecimento de Material Perma- nente	355
6)	Mapas mensais	12
7)	Inventário anual	1

e) Seção de Contabilidade e Auditoria:

1)	Ofícios expedidos	66
2)	Memorandos expedidos	184
3)	Informações de Processos	16
4)	Repasses	270
5)	Nota de Destaque (recebida)	1
6)	Fichas verdes (controle de saldo de empe- nhos)	300
7)	Fichas azuis (inscrição e baixa de respon- sabilidade)	65

8)	Fichas amarelas (pagamentos efetua dos)	300
9)	Fichas brancas (saldos bancários- controle)	100
10)	Fichas razão	300
11)	Fichas de Diário	200

f) Seção de Compras de Material e Contratação
de Serviços-SCMCS:

1)	Empenhos emitidos	920
2)	Anulações	131
3)	Despesas empenhadas:	
	Material de Consumo	605.532,84
	Serviços de Terceiro	3.276.857,60
	Serviços de Terceiros-Capacita ção de Recursos Humanos	2.000,00
	Encargos Diversos	81.745,53
	Previdência Social	89.897,97
	Equipamentos e Instalações ...	1.634.773,07
	Material Permanente	1.099.803,13

g) Seção de Patrimônio:

1)	Fichas de cadastro (temporárias) aprox.	4.000
2)	Plaquetas (gravação e colocação)	3.000
3)	Termos de Responsabilidade (defi nitivos)	44
4)	Termo de Cessão de material usa do	1
5)	Memorandos expedidos	31
6)	Correspondência recebida	42
7)	Ofícios expedidos	8
8)	Informações	10
9)	Atos elaborados	2

F I M

ESPECIFICAÇÃO	1ªAUD. MAR. 1ª CJM	2ªAUD. MAR. 1ª CJM	1ªAUD. AER. 1ª CJM	2ªAUD. AER. 1ª CJM	1ªAUD. EXÉRC 1ª CJM	2ªAUD. EXÉRC. 1ª CJM	3ªAUD. EXÉRC. 1ª CJM	1ªAUD. 2ª CJM	2ª AUD 2ª CJM	3ªAUD. 2ª CJM
A) <u>Movimento do Conselho:</u>										
1) Forma ordinária:										
Absolvições	32	36	27	10	33	31	83	34	135	16
Anistias (indultos)	-	12	-	-	-	-	-	-	-	1
Anulações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos	30	39	-	-	-	-	-	-	-	-
Condenações	22	29	48	7	29	32	21	41	74	22
2) Deserção:										
Absolvições	8	16	-	-	-	-	1	-	-	1
Condenações	41	29	1	3	7	7	6	4	3	2
3) Insubmissão:										
Absolvições	-	-	-	-	1	1	2	-	1	1
Condenações	-	-	-	-	4	6	2	3	3	3
4) Horas de reunião do Cons.Per.	-	296,30	100,20	76,00	127,00	204,00	232,00	268,30	281,60	204,50
5) Horas de reunião do Cons.Esp.	-	47,30	21,00	-	94,00	90,30	81,00	-	50,00	-
6) Sessões do Cons.Permanente...	-	81,00	55,00	58,00	63,00	76,00	83,00	73,00	102,00	171,00
7) Sessões do Cons. Especial ...	-	25,00	18,00	-	45,00	35,00	37,00	-	19,00	-
8) Duração média das sessões do Con.Permanente	-	4,06	1,49	1,30	1,40	2,68	2,47	3,40	6,28	6,88
9) Duração média das sessões do Cons.Especial	-	2,10	1,10	-	2,10	2,58	2,11	-	5,10	-
10) Processos julgados:										
Forma ordinária	48	118	17	14	22	30	40	36	-	12

ESPECIFICAÇÃO	1ªAUD.	2ªAUD.	1ªAUD.	2ªAUD.	1ªAUD.	2ªAUD.	3ªAUD.	1ªAUD.	2ªAUD.	3ªAUD.
	MAR. 1ª CJM	MAR. 1ª CJM	AER. 1ª CJM	AER. 1ª CJM	EXÉRC. 1ª CJM	EXÉRC. 1ª CJM	EXÉRC. 1ª CJM	2ª CJM	2ª CJM	2ª CJM
Forma especial	2	67	3	-	-	1	5	2	-	-
11) Interrogatórios realizados.	10	126	30	38	53	76	42	37	91	43
12) Testemunhas ouvidas	39	209	55	29	95	130	173	120	139	92
B) Expediente Judiciário:										
1) Alvarás de soltura expedidos	79	88	26	20	36	28	37	30	-	11
2) Anulações de flagrantes ...	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-
3) Cartas de guia de sentença expedidas	4	-	2	3	5	6	1	3	-	6
4) Denúncias recebidas	29	20	11	5	22	29	-	26	30	16
5) Decretações de prisões preventivas	16	18	4	33	25	18	15	7	51	-
6) Incompetência da J.M.	14	18	3	3	11	10	-	21	12	20
7) Inquéritos e autos de prisão em flagrante:										
Anos anteriores	-	91	16	21	27	17	13	14	-	-
Ano corrente	-	96	22	22	75	76	70	124	-	4
Arquivados e remetidos à Auditoria de Correição .	-	85	4	10	35	41	33	44	30	44
Encaminhados a outras entidades por incompetência.	-	16	4	6	16	8	-	21	-	-
8) Justificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9) Mandados de prisão expedidos	77	58	44	63	56	40	26	26	-	24
10) Precatórias expedidas	23	18	2	2	5	15	8	9	15	2

ESPECIFICAÇÃO	1ªAUD. MAR. 1ª CJM	2ªAUD. MAR. 1ª CJM	1ªAUD. AER. 1ª CJM	2ªAUD. AER. 1ª CJM	1ªAUD. EXÉRC. 1ª CJM	2ªAUD. EXÉRC. 1ª CJM	3ªAUD. EXÉRC. 1ª CJM	1ªAUD. 2ª CJM	2ªAUD. 2ª CJM	3ªAUD. 2ª CJM
11) Precatórias recebidas	-	10	1	2	4	6	11	14	14	-
12) Prisões preventivas decreta- das	16	18	13	33	25	-	-	10	13	-
13) Processos:										
Vindos do ano anterior	14	128	31	21	17	28	18	4	-	10
Deixados para o ano seguinte.	29	91	32	13	15	25	16	5	-	-
Encaminhados a outras autori- dades por incompetência...	-	16	-	6	16	2	-	-	-	-
14) Qualificações	-	126	30	38	148	-	-	37	-	-
15) Relaxamentos de prisão	-	75	-	4	2	3	5	1	8	-
C) <u>Matéria encaminhada ao STM:</u>										
1) Apelações	70	38	15	7	21	29	56	22	21	9
2) Conflitos de jurisdição	-	2	-	-	2	1	2	-	-	-
3) Correições	-	3	1	-	-	-	2	-	-	-
4) Desaforamentos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
5) Informações pª instr.processos	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-
6) Inquéritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7) Recursos	7	4	5	6	5	6	3	5	-	-
8) Representações	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
D) <u>Expediente:</u>										
1) Certidões	1.283	846	967	935	2.036	1.190	1.234	5.483	-	-
2) Cópias autênticas	-	5.750	2.140	2.694	4.069	1.223	1.232	1.210	-	-
3) Ofícios expedidos	2.260	2.360	1.100	1.052	1.463	2.074	1.279	1.652	2.567	1.308

ESPECIFICAÇÃO	1ªAUD. MAR. 1ª C JM	2ªAUD. MAR. 1ª C JM	1ªAUD. AER. 1ª C JM	2ªAUD. AER. 1ª C JM	1ªAUD. EXÉRC. 1ª C JM	2ªAUD. EXÉRC. 1ª C JM	3ªAUD. EXÉRC. 1ª C JM	1ªAUD. 2ª C JM	2ªAUD. 2ª C JM	3ªAUD. 2ª C JM
4) Ofícios recebidos	1.306	1.320	799	599	508	911	902	1.714	3.424	-
5) Telegramas expedidos	62	78	234	-	12	20	73	26	34	-
6) Telegramas recebidos	-	87	183	8	30	19	7	12	14	107
7) Rádios expedidos	114	100	-	224	168	61	13	74	285	134
8) Rádios recebidos	431	823	-	139	208	179	91	111	288	107

ESPECIFICAÇÃO	1ªAUD. 3ª CJM	2ªAUD. 3ª CJM	3ªAUD. 3ª CJM	AUD. 4ª CJM	AUD. 5ª CJM	AUD. 6ª CJM	AUD. 7ª CJM	AUD. 8ª CJM	AUD. 9ª CJM	AUD. 10ªCJM	AUD. 11ªCJM
A) <u>Movimento do Conselho:</u>											
1) Forma ordinária:											
Absolvições	26	19	7	13	12	35	3	20	9	19	31
Anistias (indultos) ..	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	.93
Condenações	9	19	20	23	44	22	16	15	13	13	31
2) Deserção:											
Absolvições	2	-	-	1	-	2	2	6	4	-	-
Condenações	3	-	3	1	6	8	7	4	10	1	2
3) Insubmissão:											
Absolvições	-	-	-	4	-	-	-	-	12	1	-
Condenações	-	-	-	4	1	-	2	6	11	-	-
4) Horas de reunião do Cons.Permanente	186,50	151,20	128,30	376,45	190,00	300,47	222,00	211,00	142,00	121,50	250,45
5) Horas de reunião do Cons.Especial	31,50	34,00	5,40	125,00	10,00	12,25	43,00	7,30	4,00	31,00	25,70
6) Sessões do Cons.Perm.	171,00	68,00	85,00	88,00	64,00	113,00	90,00	104,00	68,00	57,00	101,00
7) Sessões do Cons.Esp...	20,00	17,00	2,00	35,00	2,00	7,00	24,00	5,00	2,00	10,00	15,00
8) Duração média das ses sões do Cons.Perman.	1,08	2,13	1,51	4,25	2,55	2,39	3,00	2,00	2,00	2,24	3,00
9) Duração média das ses sões do Cons.Esp.	1,35	2,00	3,10	6,00	5,00	1,46	1,00	2,00	2,00	3,06	2,45

ESPECIFICAÇÃO	1ª AUD.	2ª AUD.	3ª AUD.	AUD.	AUD.	AUD.	AUD.	AUD.	AUD.	AUD.	AUD.
	3ª CJM	3ª CJM	3ª CJM	4ª CJM	5ª CJM	6ª CJM	7ª CJM	8ª CJM	9ª CJM	10ª CJM	11ª CJM
10) Processos julgados:											
Forma ordinária	19	25	21	-	30	30	14	25	22	10	36
Forma especial	-	-	-	-	-	10	5	2	1	2	1
11) Interrogatórios reali- zados	-	21	12	68	55	34	25	78	60	15	65
12) Testemunhas ouvidas...	-	50	65	119	94	87	71	63	78	38	150
B) Expediente Judiciário:											
1) Alvarás de soltura ex pedidos	16	16	29	22	-	39	44	27	36	7	92
2) Anulações de flagrante	-	-	-	-	-	-	4	1	2	-	3
3) Cartas de guia de sen- tença expedidas....	6	1	13	-	4	8	11	2	8	-	1
4) Denúncias recebidas...	19	16	7	34	29	15	40	31	23	11	61
5) Decretações de prisões preventivas.....	4	13	-	4	50	15	2	4	2	11	5
6) Incompetência da J.M.	-	-	-	-	-	18	18	-	-	15	37
7) Inquéritos e autos de prisão em flagrante:											
Anos anteriores.....	2	64	-	15	-	-	32	123	9	59	649
Ano corrente	108	44	57	87	-	54	108	136	63	49	129
Arquivados e remetidos à Aud.de Correição.	35	26	31	44	-	21	55	56	28	19	37
Encaminhados a outras entidades por incompetência	4	11	17	17	-	18	19	36	11	-	37

ESPECIFICAÇÃO	1ªAUD.	2ªAUD.	3ªAUD.	AUD.	AUD.	AUD.	AUD.	AUD.	AUD.	AUD.	AUD.
	3ª CJM	3ª CJM	3ª CJM	4ª CJM	5ª CJM	6ª CJM	7ª CJM	8ª CJM	9ª CJM	10ªCJM	11ªCJM
7) Recursos	-	-	-	4	4	2	2	-	-	-	1
8) Representações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D) <u>Expediente:</u>											
1) Certidões	918	166	1.458	706	1.232	235	14.536	770	169	541	1.600
2) Cópias autênticas	1.127	-	1.128	-	489	-	-	-	600	473	2.020
3) Ofícios expedidos	1.948	1.260	643	1.293	1.478	1.068	1.401	1.197	825	659	1.536
4) Ofícios recebidos	718	482	320	758	853	668	455	859	537	233	1.345
5) Telegramas expedidos..	82	24	50	255	58	166	190	-	71	151	206
6) Telegramas recebidos..	36	13	10	93	127	27	15	-	13	'96	81
7) Rádios expedidos	67	118	131	174	68	43	69	168	85	-	28
8) Rádios recebidos	50	210	139	267	93	85	56	201	148	-	15

4ª P A R T E

P E S S O A L

1) APRECIACÃO:

Dentre as principais medidas relacionadas com o pessoal da Justiça Militar, podemos destacar as seguintes:

- Aumento de vencimentos dos Magistrados, Advogados-de-Ofício e funcionários da Secretaria do STM e dos Cartórios das Auditorias;

- Aprovação dos Atos e Ordens-de-Serviço, a seguir enumerados, de interesse de toda a Justiça Militar:

Ato nº 3.418, de 26-03-75, que "dispõe sobre a transposição de cargo para a Categoria Funcional do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar".

Ato nº 3.419, de 26-03-75, que "aprova o reajustamento salarial dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, das Tabelas de Pessoal Temporário da Secretaria do STM e dos Cartórios das Auditorias da J.M."

Ato nº 3.439, de 18-04-75, que "dispõe sobre a transformação de empregos para Categorias Funcionais dos Grupos - Serviços Auxiliares, Artesanato, Outras Atividades de Nível Médio e Serviços de Transporte Oficial e Portaria, do Quadro Permanente do Superior Tribunal Militar".

Ato nº 3.440, de 18-04-75, que "dispõe sobre a transformação de cargos e empregos para Categorias Funcionais dos Grupos-Atividades de Apoio Judiciário, Serviços Auxiliares, Artesanato, Outras Atividades de Nível Médio e Serviços de Transporte Oficial e Portaria, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar".

Ato nº 3.466, de 16-05-75, que "estabelece, em caráter provisório e até a elaboração do novo Regulamento dos Serviços Auxiliares do STM, a competência dos Departamentos Judiciário e Administrativo e as atribuições dos seus Diretores".

Ato nº 3.545, de 19-08-75, que "dispõe sobre a trans formação de empregos para Categoria Funcional do Grupo-Serviços de Transporte Oficial e Portaria, do Quadro Permanente do Superior Tribunal Militar".

Ato nº 3.546, de 19-08-75, que "dispõe sobre a trans formação de cargos e empregos para Categorias Funcionais dos Grupos-A tividades de Apoio Judiciário, Serviços Auxiliares, Outras Atividades de Nível Médio e Serviços de Transporte Oficial e Portaria, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar".

Ato nº 3.550, de 28-08-75, que "aprova a Tabela para o cálculo de diárias dos Magistrados e funcionários da Justiça Militar, quando em viagem de serviço fora da sede de sua repartição, aplica do-se, no que couber, as disposições do citado Decreto número 75.969, de 14-07-75".

Ato nº 3.563, de 12-09-75, autorizando a Seção de Pa trimônio, da Divisão de Finanças e Patrimônio, a emplaquetar os bens existentes na sede do STM, em Brasília, e em sua Representação no Rio de Janeiro.

Ato nº 3.564, de 12-09-75, que "dispõe sobre a inclu são de cargos na Categoria Funcional do Grupo-Serviços Auxiliares, do Quadro Permanente do Superior Tribunal Militar".

Ato nº 3.568, de 18-09-75, que "aprova as Normas para Utilização de Veículos Oficiais do Superior Tribunal Militar".

Ato nº 3.585, de 17-10-75, que "aprova as Normas para o Serviço de Segurança e de Prevenção e Combate a Incêndio".

Ato nº 3.598, de 04-11-75, que "baixa normas para o funcionamento do serviço de Telex do Tribunal".

Ato nº 3.653, de 17-12-75, que "aprova métodos de pro cedimento e formulários, a fim de regulamentar, atualizar, raciona lizar e dinamizar os serviços de recebimento, distribuição e contro le de material no STM".

Ordem-de-Serviço nº 685, de 03-02-75, "expedindo nor mas de serviço a serem cumpridas pelo Chefe da Seção de Portaria e Vi gilância, pelos servidores designados para o plantão de serviço notur no e pelo pessoal das turmas de vigilância, com a supervisão do Dire tor da Divisão de Serviços Gerais".

Ordem-de-Serviço nº 706, de 05-08-75, "expedindo nor mas a serem cumpridas pelos responsáveis por carga de material das di versas unidades da Secretaria do Tribunal.

2) SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR:A) MINISTROS:Licença Especial

Gen.Ex. Jurandyr de Bizarria Mamede, 26 dias, no período de 31-03 a 25-04-75 (Ata nº 15).

Dr. Alcides Vieira Carneiro - 30 dias, no período de 06-08 a 06-09-75 (Ata nº 55).

Diárias:

Ten.Brig. Carlos Alberto H.O. Sampaio - 26 diárias, por ter se deslocado do Tribunal para as cidades de Campo Grande-MT, Belém-PA, Manaus-AM, Porto Alegre, Bagé, Santa Maria-RJ, Curitiba-PR, Fortaleza-CE, Recife-PE, Salvador-BA e S. Paulo-SP, em visita de inspeção as Auditorias nelas localizadas.

B) SECRETARIA:

I) Atos concedendo suprimento de fundos	11
II) Atos de aposentadoria	9
III) Atos concedendo auxílio-doença	2
IV) Atos de designação	32
V) Ato de designação tornada sem efeito	1
VI) Atos concedendo diárias	31
VII) Atos concedendo dispensa	10
VIII) Atos para exercerem encargos de Gabinete	16
IX) Atos para integrarem a ETAN	2
X) Atos concedendo exoneração	9
XI) Atos instituindo Grupo de Trabalho	2
XII) Atos mandando servir em Brasília	2
XIII) Atos de nomeação	34
XIV) Ato fazendo recomendação	1
XV) Ato de remoção	1
XVI) Ordens-de-Serviço de designação	23
XVII) Ordens-de-Serviço de remoção	8
XVIII) Licenças para tratamento de saúde, concedidas	42
XIX) Licenças para tratamento de saúde em pessoa da família, concedidas	3
XX) Licenças para casamento	3

XXI) Licença especial	1
XXII) Licenças de gestante	3
XXIII) Foram elogiados os seguintes funcionários:	

Leony Brandão do Couto, Téc.Jud. - pelo Exmo.Sr. Ministro Dr. Jacy Guimarães Pinheiro.

Antonio Paixão de Araujo, Mot. - pelo Exmo.Sr. Ministro Ten.Brig.Ar Honório Pinto Pereira de Magalhães Neto.

Mozart Lucena, Ag.Seg. - pelo Exmo.Sr. Ministro Dr. Alcides Vieira Carneiro.

Dr. Cid Augusto Ribeiro de Moura, quando Secretário do Tribunal Pleno, e funcionários da Secretaria do STM - pelo Exmo.Sr. Ministro Dr. Amarílio Lopes Salgado.

Belizana Cardoso, Téc.Jud. - pelo Auditor da 2ª Aud. Ex./1ª CJM, Dr. Helmo de Azevedo Sussekund.

Regina Martins Coelho, Técn.Jud. - pelo Auditor da 1ª Aud.Aer./1ª CJM, Dr. Teócritu Rodrigues de Miranda.

Oswaldo Vianna de Mendonça, Téc.Jud. - pelo Secretário do Tribunal Pleno, Dr. Cláudio Rosiẽre

Oswaldo Vianna de Mendonça, Téc.Jud. - pelo Exmo.Sr. Ministro Dr. Amarílio Lopes Salgado.

Hélio da Silva Guedes, At.Jud. - pelo Exmo.Sr. Ministro Dr. Amarílio Lopes Salgado.

Adilson de Vasconcellos Leal, Ass.Jud. - pelo Exmo. Sr. Ministro Gen.Ex. Rodrigo Octávio Jordão Ramos.

3) AUDITORIAS:

A) AUDITORES:

I) Atos de convocação	2
II) Atos de designação	4
III) Atos delegando poderes	2
IV) Ato concedendo diárias	1
V) Despachos concedendo férias	20
VI) Despachos concedendo licença pª tratamento de saúde.	8

B) AUDITORES SUBSTITUTOS:

B) AUDITORES SUBSTITUTOS:

I) Ato concedendo ajuda-de-custo	1
II) Ato de designação	1
III) Despachos concedendo férias	3

C) SUBSTITUTOS DE AUDITOR:

I) Atos de Convocação	16
II) Ato delegando poderes	1
III) Atos concedendo diárias	3
IV) Despachos concedendo férias	6
V) Despachos concedendo licença p ^a tratamento de saúde	2

D) ADVOGADOS-DE-OFÍCIO:

I) Despachos concedendo férias	22
II) Despacho concedendo licença especial	1
III) Despachos concedendo licença p ^a tratamento de saúde	2

E) SUBSTITUTOS DE ADVOGADOS-DE-OFÍCIO:

I) Despachos concedendo férias	8
II) Despacho concedendo licença p ^a tratamento de saúde	1
III) Decreto de designação	1
IV) Decreto de dispensa	1

F) SECRETARIA DAS AUDITORIAS:

I) Atos de aposentadoria	9
II) Atos de designação	3
III) Atos de dispensa	2
IV) Atos de exoneração	2
V) Atos de nomeação	14
VI) Ato de redistribuição	1
VII) Atos de remoção	9
VIII) Ato alterando o enquadramento no PCC	1
IX) Foram elogiados os seguintes funcionários:	

Osmir Pelzl, Ag.Port., Edmundo Garcia de Freitas, Es-
crivão e Maria de Lourdes Cruz Macedo, Téc.
Jud. - pelo Dr. Alzir Carvalhaes Fraga, Audi-
tor da 9^a CJM.

Oswaldo Angelim do Couto, Téc.Jud. - pelo Auditor da
2^a Aud.Aer./1^a CJM

4) PESSOAL MILITAR:

I) Atos de encargos de Gabinete	18
II) Atos de concessão de diárias:.....	
Oficiais	13
Praças	37
III) Atos de designação de função:	
Oficiais	10
Praças	18
IV) Atos de dispensa de função	12
V) Movimentação de militares:	
a) Apresentação de praças:	
Exército	20
Marinha	12
Aeronáutica	4
b) Desligamento de praças:	
Exército	16
Marinha	5
Aeronáutica	3
VI) Promoção de praças:	
Exército (D.PROM.)	3
Marinha (DPMM)	2
VII) Elogios:	
Oficiais	2
Praças	5

5) CONCURSOS:

Homologado o resultado das provas de habilitação para ingresso no Plano de Classificação de Cargos, por transformação, do pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas e dos Substitutos de Oficial-de-Justiça (Bol.Esp.J.M. nº 1, de 14-03-75)

O Tribunal, em sessão de 16-05-75, aprovou as Instruções para realização do Concurso para Datilógrafo dos Quadros do STM e das Auditorias (Ata nº 40, de 26-05-75).

Homologado o resultado das 2ªs provas de habilitação para ingresso no Plano de Classificação de Cargos, por transformação, no STM e nas Auditorias da Justiça Militar, do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e dos Substitutos de Oficial-de-Justiça, sendo incluídos em Quadros Suplementares os fun

funcionários não habilitados e em tabela extintas os empregados sob o regime da CLT, igualmente inabilitados (Bol.Espec.J.M. nº 4, de 24-04-75).

Homologado, pelo Tribunal, o resultado do Concurso Público realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 1975, destinado ao provimento de cargos da Classe Inicial da Carreira de Datilógrafo, dos Quadros do STM e das Auditorias (Ata nº 92, de 10-11-75).

O Tribunal, por unanimidade, em Sessão de 12-12-75, homologou o resultado final do Concurso de Auditor Substituto de 1ª entrância da J.M., sendo em número de 12 os candidatos aprovados (Ata nº 105, de 12-12-75).

O Tribunal, por unanimidade, aprovou as Instruções para os concursos de Motorista Oficial e Agente de Portaria para o Quadro das Auditorias e do Tribunal, respectivamente (Ata nº 106, de 15-12-75).

6) LEGISLAÇÃO DE PESSOAL:

Decreto-lei nº 1.415, de 20-08-75 - Dá nova redação às características referentes ao item X - Diárias, do Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974 (D.O. de 21-08-75).

Lei nº 6.204, de 29-04-75 - Inclui a aposentadoria espontânea entre as cláusulas excludentes da contagem do tempo de serviço do empregado readmitido (D.O. de 30-04-75).

Lei nº 6.210, de 04-06-75 - Extingue as contribuições sobre benefício da previdência social e a suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade, e dá outras providências (D.O. de 05-06-75).

Lei nº 6.226, de 14-07-75 - Dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria (D.O. de 15-07-75).

Decreto nº 75.239, de 16-01-75 - Dispõe sobre a inclusão de emprego regido pela legislação trabalhista no plano de Classificação de que trata a Lei nº

5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá ou
tras providências (D.O. de 17-01-75).

Decreto nº 75.333, de 30-01-75 - Aprova a Tabela de funções dos
Gabinetes da Presidência da República e dá
outras providências (D.O. de 31-01-75).

Decreto nº 75.525, de 24-03-75 - Inclui Categorias Funcionais no
Grupo-Outras Atividades de Nível Superior a
que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezem
bro de 1970, e dá outras providências (D.O.
de 26-03-75).

Decreto nº 75.627, de 18-04-75 - Dispõe sobre a atividade de as
sessoramento superior aos Ministros de Esta
do, de que trata o Capítulo IV do Título XI
do Decreto-lei nº 200, de 25-02-67, e dá ou
tras providências (D.O. de 18-04-75).

Decreto nº 75.647, de 23-04-75 - Dispõe sobre a concessão de aju
da de custo e de transporte dos funcionários
públicos civis da União e de suas autarquias
(D.O. de 24-04-75). (Alter. art. 5º-D.O. de 29-
04-75).

Decreto nº 75.648, de 23-04-75 - Dispõe sobre a concessão de aju
da de custo e transporte a servidores civis
e militares mandados servir em Brasília (D.
O. de 24-04-75).

Decreto nº 75.778, de 26-05-75 - Dispõe sobre o estágio de estu
dantes de estabelecimento de ensino superior
e de ensino profissionalizante de 2º grau, no
Serviço Público Federal, e dá outras provi
dências (D.O. de 27-05-75).

Decreto nº 75.969, de 14-07-75 - Regulamenta a concessão de diá
rias no Serviço Civil da União e nas Autar
quias federais, e dá outras providências (D.
O. de 15-07-75).

Decreto nº 76.117, de 13-08-75 - Altera dispositivo do Decreto
nº 75.525, de 24 de março de 1975, que in
clui Categorias Funcionais no Grupo - Outras
Atividades de Nível Superior a que se refere
a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e
dá outras providências (D.O. de 14-08-75).

Decreto nº 76.186, de 02-09-75 - Aprova o regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (D.O. de 03-09-75-Suplemento).

Decreto nº 76.326, de 23-09-75 - Regulamenta a Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências(D. O. de 24-09-75).

5ª P A R T E

ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILITAR

1) APRECIACÃO:

A Secretaria da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no decorrer de 1975, aprovou 73 propostas, sendo: 8 no grau de "Grã-Cruz", 18 no de "Alta Distinção", 24 no de "Distinção" e 23 no de "Bons Serviços".

As condecorações foram entregues em Sessão Solene, no dia 22-04-75, da seguinte forma:

A) GRÃ-CRUZ:

Dr. Armando Ribeiro Falcão
Ministro de Estado da Justiça

Alm.Esq. Geraldo de Azevedo Henning
Ministro de Estado da Marinha

Gen.Ex. Sylvio Couto Coelho da Frota
Ministro de Estado do Exército

Gen.Ex. Antonio Jorge Corrêa
Ministro de Estado, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas

Gen.Ex. Hugo de Andrade Abreu
Ministro de Estado, Chefe do Gab.Militar da Presidência da República

Ten.Brig. Paulo Sobral Ribeiro Gonçalves
Chefe do Estado Maior da Aeronáutica

Alm. Benjamin Sodré

Des. Prof.Dr. Oscar Accioly Tenório

Prof. Roberto Lyra

B) ALTA DISTINÇÃO:

Dr. Luiz Rafael Mayer

Gen.Ex. Venitius Nazareth Notare

Gen. de Div. Olavo Vianna Moog

Gen. de Div. Tasso Villar de Aquino

Maj.Brig. Newton Vassalo da Silva

Gen.Brig. (MD) Geraldo Augusto D'Abreu

Brig.Ar. Joaquim Vespasiano Ramos

Des. Dr. Cícero Alves

Juiz-Auditor Dr. José Victor Marques dos Santos

Juiz-Auditor Dr. Célio Jesus Lobão Ferreira

Prof. José Alfredo Amaral Gurgel
Prof. Euriclides de Jesus Zerbini
Prof. Igor de Souza Tenório
Dr. Álvaro Leite Guimarães
Dr. Paulo Hortênsio Pereira Lira
Dr. Drault Ernanny de Mello e Silva
Dr. Luiz Rodrigues
Dr. Jayme de Assis Almeida
Dr. Godofredo Henrique Carneiro Leão

C) DISTINÇÃO:

Ten.Cel. Bismarck Amâncio Ramalho
Ten.Cel. Acrísio Figueira
Prof. Dr. Luiz Ferreira Barreto
Prof. Dr. Hércio Barcellos Percia
Cap.Corv. Jair Baptista Lopes
Cap. (Eng^o) João Batista da Silva Fagundes
Cap. Willy Waldyr Caetano da Silva
Dr^a Lourdes Maria Celso do Valle
Sr^a Marli da Costa Moraes
Sr^a Anna Lúcia Pimentel Barbosa Salgado
Dr. Carlos Lauro Correia de Castro Paz
Dr. Tarcisio Ferreira Ângelo
Dr. Felipe Tiago Gomes
Dr. Armando Panno
Dr. Helcio Baptista de Paula

D) BONS-SERVIÇOS:

Dr^a Dora da Silva Leite
Dr. Fernando Martinez Landeira
Sr^a Iara Barros de Oliveira
Sr. Dimar João Peixoto
Sr. Francisco Pereira Neto
Sr. Edson dos Santos
Sr. Lysis Siddartha Figuerôa
Sr^a Regina Behar Pimenta de Souza
Sr. Waldemar Michelutti
Sr. Alfredo Santos Filho

Suboficial Epaminondas Ferreira de Souza

Suboficial Mario Martins de Miranda

Suboficial Adinor Bedritichuk

1º Sgt. Jorge dos Santos Mendonça

1º Sgt. José Jermes de Araujo

2º Sgt. Antonio Barbosa da Silva

2º Sgt. Aldo Coimbra Amaral

2º Sgt. Antonio Moura Alconforado

2º Sgt. Fn. Fernando Antonio da Silva

2º Sgt. Elias dos Santos

3º Sgt. Edson Bezerra da Silva

Cb. Joselmo Gomes da Silva

Sr. Antonio Meda

Sr. Antonio Neves Filho

Sr. Abel Alves Pinto

Sr. Pedro Albuquerque de Souza Filho

Sr. Elysio Alves de Castro

Sr. Moacir da Silva

Sr. Pércio Garcia Pereira

6ª P A R T EDIVERSOS1) LEGISLAÇÃO NOVA:

- Decreto-lei nº 1.390, de 29-01-75 - Dispõe sobre o Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, a Taxa de Ocupação de imóveis residenciais da Administração Federal no Distrito Federal e dá outras providências (D.O. de 30-01-75).
- Decreto-lei nº 1.424, de 03-11-75 - Dispõe sobre a tabela progressiva do imposto de renda devido pelas pessoas físicas, estabelece desconto padrão e dá outras providências (D.O. de 05-11-75).
- Lei nº 6.201, de 16-04-75 - Dá nova redação ao art. 1º do Decreto-lei nº 102, de 13 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a distribuição gratuita à magistratura e magistério especializado das publicações do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências (D.O. de 17-04-75).
- Lei nº 6.202, de 17-04-75 - Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências (D.O. de 17-04-75).
- Lei nº 6.205, de 29-04-75 - Estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974, (D.O. de 30-04-75).
- Lei nº 6.220, de 07-07-75 - Dispõe sobre a reversão de pensão do Montepio Civil e dá outras providências (D.O. de 09-07-75).
- Lei nº 6.228, de 15-07-75 - Altera a denominação e a competência do DASP, cria cargos em comissão e dá outras providências (D.O. de 16-07-75).
- Lei nº 6.262, de 18-11-75 - Altera dispositivos do Decreto-lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, que "defi

ne a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e dá outras providências (D.O. de 19-11-75).

Lei nº 6.279, de 09-12-75 - Estima a receita e fixa a Despesa da União para o Exército de 1976 (D.O. de 09-12-75-Suplemento).

Decreto nº 75.207, de 10-01-75 - Regulamenta a Lei nº 6.136, de 7 de novembro de 1974, que inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social (D.O. de 10-01-75).

Decreto nº 75.321, de 30-01-75 - Regulamenta o Decreto-lei nº 1.390, de 29 de janeiro de 1975, que dispõe sobre o Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, Taxa de ocupação, alienação e ocupação de imóveis residenciais da Administração Federal no Distrito Federal e dá outras providências (D.O. de 30-01-75).

Decreto nº 75.639, de 22-04-75 - Dispõe sobre o Grupo-Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e das Autarquias Federais que lhes são vinculadas e dá outras providências (D.O. de 23-04-75).

Decreto nº 75.640, de 22-04-75 - Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e das Assessorias de Segurança e Informações; revoga o Decreto nº 67.325, de 02-10-70 e o Decreto nº 68.060, de 14-01-71, (D.O. de 23-04-75).

Decreto nº 75.679, de 29-04-75 - Fixa novos níveis de salário-mí-nimo para todo o território nacional (D.O. de 30-04-75).

Decreto nº 75.677, de 29-04-75 - Dispõe sobre pedidos de importa-ção de equipamentos, máquinas e matérias primas por órgãos e entidades da administração federal direta ou indireta e dá outras providências (D.O. de 30-04-75).

Decreto nº 75.837, de 10-07-75 - Declara a condição de Militar ao Corpo de Bombeiro do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências (D.O. de 11-

06-75).

Decreto nº 76.060, de 31-07-75 - Abre à Justiça Militar o crédito suplementar de R\$16.982.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento (D.O. de 01-08-75).

Decreto nº 76.184, de 02-09-75 - Suspende as vedações de aquisição estabelecidas no Decreto nº 74.908, de 19 de novembro de 1974, relativamente a produtos originários de países membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC (D.O. de 02-09-75).

Decreto nº 76.374, de 02-10-75 - Dispõe sobre a jurisdição territorial dos 1º e 6º Distritos Navais e transfere a sede dos 3º e 6º Distritos Navais (D.O. de 03-10-75).

Decreto nº 76.550, de 05-11-75 - Concede indulto, comuta penas e dá outras providências (D.O. de 11-11-75).

Decreto nº 76.634, de 18-11-75 - Extingue o Comando Naval de Ladário, criado pelo Decreto nº 61.171, de 13 de agosto de 1967 (D.O. de 19-11-75).

Decreto nº 76.635, de 18-11-75 - Extingue o Comando Naval de Natal, criado pelo Decreto nº 52.271, de 17 de julho de 1963 (D.O. de 19-11-75).

2) EMENDA AO REGIMENTO INTERNO:

O Tribunal, por maioria, aprovou a seguinte emenda ao art. 22 de seu Regimento Interno:

"Art. 22 - O Tribunal reunir-se-á, em sessões ordinárias, três vezes por semana: às segundas, quartas e sextas-feiras.

Parágrafo Único - Por conveniência ou exigência do serviço, o Tribunal, mediante convocação do Presidente, poderá se reunir em sessões extraordinárias em outros dias da semana, cancelando-se ou não as sessões ordinárias." (Ata nº 3, de 19-02-75).

O Tribunal, por unanimidade, resolveu modificar os parágrafos 4º e 5º do art. 8º do seu Regimento Interno os quais passam a ter a seguinte redação:

"Art. 8º -
.....

§ 4º - Proceder-se-á a eleição dez dias antes do término dos mandatos, e, na sessão posterior, nos casos de ocorrência de vaga por qualquer outro motivo.

§ 5º - Os mandatos terão a duração de dois anos contados da data da posse." (Ata nº 10, de

10-03-75).

3) ALTERAÇÃO NA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR (ANTEPROJETO)

Foi aprovada pelo Plenário do Tribunal, por unanimidade, a redação do anteprojeto de modificação de artigos da L.O.J.M., que: "Institui Turmas na organização do Superior Tribunal Militar, dispõe sobre competência de seu Presidente, extingue as entrâncias da Justiça Militar e dá outras providências". (Ata nº 106, de 15-12-75).

4) HOMENAGENS PÓSTUMAS PRESTADAS PELO TRIBUNAL:

Dr. Ivan Lins - Ministro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro e Membro da Academia Brasileira de Letras (Ata nº 48).

Marechal Juarez Távora - Comandante da 6ª RM, Subchefe do Estado-Maior, Comandante da ESG e Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, falecido em 18-07-75 (Ata nº 54).

Às vítimas do naufrágio de uma balsa do 7º Batalhão de Engenharia de Combate, na Lagoa do Parque Solon de Lucena na cidade de João Pessoa-PB (Ata nº 61).

À esposa do Ministro Eraldo Gueiros Leite (Ata nº 64).

Alm. Renato de Almeida Guilhobel, ex-Ministro da Marinha (Ata nº 73).

5) DIVERSOS:

a) Sessões de julgamento do STM:

O Tribunal decidiu que as sessões de julgamento do STM, a partir do dia 19-02-75, serão realizadas às 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} - feira, com início às 13,30 horas (Ata nº 1).

b) Condecoração recebida:

O Exmo.Sr. Ministro Gen.Ex. Syseno Sarmento foi agraciado com a Medalha Militar de Platina por haver completado, em 26/12/73, cinquenta anos de bons serviços (Ata nº 2).

c) Medalha oferecida ao STM:

Por ocasião de um jantar informal oferecido pelos Auditores, Procuradores e Advogados-de-Ofício aos Ministros desta Corte, o Comodoro do Clube dos Caiçaras do Rio de Janeiro ofereceu ao STM uma medalha (Ata nº 4).

d) Presídio da Justiça Militar Federal:

Pela Resolução nº SSP-2, de 23-12-74, do Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, foi criado naquele Estado o Presídio da Justiça Militar Federal destinado aos presos sob julgamento ou condenados definitivamente pela Justiça Castrense federal, como incursos na Lei de Segurança Nacional (Ata nº 9).

e) Galeria de Retratos:

Por iniciativa do Exmo.Sr. Ministro Dr. Amarílio Lopes Salgado e com o apoio do Exmo.Sr. Ministro-Presidente Gen.Ex. Jurandyr de Bizarria Mamede, no dia 14-03-75, foi inaugurada a galeria de retratos dos Ministros Vice-Presidentes deste STM (Ata nº 13).

f) Designação de Comissões:

1 - REGIMENTO INTERNO:

Ministro Alm.Esq. Sylvio Monteiro Moutinho

Ministro Dr. Nelson Barbosa Sampaio

Ministro Gen.Ex. Augusto Fragoso

2 - CONCURSO PARA AUDITOR:

Ministro Dr. Waldemar Tôrres da Costa

Ministro Gen.Ex. Augusto Fragoso

Ministro Dr. Jacy Guimarães Pinheiro

3 - REGULAMENTO DA O.M.J.M.:

Ministro Dr. Alcides Vieira Carneiro

Ministro Alm.Esq. Hélio Ramos de Azevedo Leite

Ministro Ten.Brig. Honório Magalhães

4 - REVISTA DO STM:

Ministro Dr. Amarílio Lopes Salgado

Ministro Gen.Ex. Rodrigo Octávio

Ministro Alm.Esq. Sampaio Fernandes

(Ata nº 17)

g) Condecoração recebida:

O Exmo Sr. Governador do Distrito Federal houve por bem nomear o Exmo.Sr. Ministro-Presidente Ten.Brig.Ar Carlos Alberto H.O. Sampaio para a Ordem do Mérito Brasília, no grau de "Grã-Cruz" (Decreto de 14-04-75).

h) Homenagem prestada:

O Tribunal prestou homenagem ao Exmo.Sr. Ministro - Presidente Ten.Brig. Carlos Alberto H.O. Sampaio e ao Ministro Alm. Esq. Sylvio Monteiro Moutinho que completaram 50 anos de serviços prestados ao país a serviço das forças armadas (Ata nº 24).

i) Concurso de Auditor:

O Tribunal, por unanimidade, aprovou a indicação do Ministro Dr. Amarílio Lopes Salgado para integrar a Comissão para o concurso de Auditor, em Substituição ao Ministro Dr. Jacy Guimarães Pinheiro, considerando-se as razões apresentadas por S. Exª (Ata nº 30).

j) Homenagem prestada:

O Superintendente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade comunica que foi inaugurada a Biblioteca "Presidente Alcides Vieira Carneiro", no Colégio Capitão Lemos Cunha - Ilha do Governador, com a pretensão de homenagear, na pessoa do Ministro Alcides Vieira Carneiro, o STM e a todos os idealistas que lutam por melhores dias para a nossa juventude (Ata nº 34).

l) Homenagem prestada:

O Exmo.Sr. Ministro Gen.Ex. Jurandyr de Bizarria Mamede, representando o STM, compareceu ao Supremo Tribunal Federal, no dia 21-05-75, para assistir a homenagem prestada por aquela Cor

te de Justiça ao Exmo.Sr. Ministro Aliomar de Andrade Baleeiro, por motivo de sua aposentadoria ocorrida a 2 do mesmo mês de maio (Ata nº 39).

m) Homenagem prestada:

O Governo do Estado da Bahia prestou homenagem ao falecido Ministro deste Tribunal - Dr. João Mendes da Costa Filho, dando à Casa de Justiça da cidade de São Gonçalo dos Campos o nome de "Forum João Mendes" (Ata nº 40).

n) Condecorações recebidas:

- Ministro Alm.Esq. Sylvio Monteiro Moutinho, agraciado com a Medalha de Platina por haver prestado 50 anos de serviços à Marinha.
- Ministros Dr. Jacy Guimarães Pinheiro e Ten.Brig. Honório Pinto Pereira de Magalhães Neto, agraciados com a Medalha de Tamandaré pelos serviços prestados à Marinha (Ata nº 45).

o) Inauguração de Colônia Penal:

O Exmo.Sr. Ministro Gen.Ex. Syseno Sarmento foi convidado para representar o STM na solenidade de inauguração da Colônia Penal Romeiro Neto, em 7 de agosto de 1975, no Rio de Janeiro (Ata nº 53).

p) Congresso Interamericano do Ministério Público:

O Exmo.Sr.Dr. Ruy de Lima Pessoa, Procurador-Geral do Ministério Público da União junto à Justiça Militar, foi distinguido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para compor, juntamente com os Drs. Procuradores-Geral da República e da Justiça do Trabalho, a delegação que representará o Brasil no V Congresso Interamericano do Ministério Público, a realizar-se no Panamá, no período de 9 a 17-08-75 (Ata nº 56).

q) Condecoração recebida:

O Exmo.Sr. Ministro Gen.Ex. Jurandyr de Bizarria Mamede foi agraciado com a Medalha Militar de Platina por haver completado 50 anos de serviço (Atas nºs 56 e 58).

r) Comissão Concurso Auditor:

O Exmo.Sr. Ministro Dr. Jacy Guimarães Pinheiro voltou a integrar a Comissão do Concurso de Auditor, em virtude da decisão do Exmo.Sr. Ministro Dr. Amarílio Lopes Salgado de não mais fazer parte da referida Comissão (Ata nº 57).

s) Condecorações recebidas:

- Ministros Dr. Nelson Barbosa Sampaio e Ten.Brig.Ar. Faber Cintra foram promovidos no Corpo de Graduados Especiais, no grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar.
- Ministros Drs. Alcides Vieira Carneiro, Waldemar Torres da Costa, Amarílio Lopes Salgado e Jacy Guimarães Pinheiro foram admitidos no Corpo de Graduados Especiais, no grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar (Ata nº 59).

t) Voto de Louvor:

Por proposta do Exmo.Sr. Ministro Dr. Jacy Guimarães Pinheiro foi inserido em Ata um voto de louvor ao Ministério Público da União pela participação do Dr. Ruy de Lima Pessoa - Procurador-Geral do Ministério Público da União junto à Justiça Militar, no Congresso Interamericano do Ministério Público no Panamá. Aproveitando a oportunidade o Dr. Ruy de Lima Pessoa teve alguns comentários sobre o ocorrido durante aquele Conclave (Ata nº 61).

u) Voto de Congratulações:

Por proposta do Sr. Deputado Osvaldo Melo, a Assembléia Legislativa do Estado do Pará aprovou um voto de congratulações ao Exmo.Sr. Ministro Gen.Ex. Jurandyr de Bizarria Mamede pelo recebimento da Medalha Militar de Platina alusiva aos 50 anos de serviços prestados à Pátria (Ata nº 65).

v) Condecoração Recebida:

O Exmo.Sr. Ministro Dr. Alcides Vieira Carneiro foi agraciado com a medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de "Grande Oficial" (Ata nº 70).

x) Condecoração Recebida:

O Exmo.Sr. Ministro-Presidente Ten.Brig.Ar Carlos Alberto H.O. Sampaio foi agraciado com a medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de "Grã-Cruz" (DJ de 21-07-75).

z) Inauguração de Placa:

Inaugurada a placa com os dizeres "DEUS E TEU DIREITO", colocada no pórtico da Sala de Sessões do STM, no dia 19-09-75. Presentes os Srs. Ministros, Professor Pereira Lima, Senador Rui Carneiro e funcionários da Secretaria. O Exmo.Sr.Ministro-Presidente teceu considerações sobre a solenidade e fez uso da

palavra o Sr. Ministro Dr. Alcides Vieira Carneiro (Ata nº 74).

a1) VII Congresso Internacional de Direito Penal Militar e Direito de Guerra:

Foi constituída pelos Srs. Ministros Alcides Vieira Carneiro, Syseno Sarmento e Augusto F agoso a comissão que irá re apresentar o Superior Tribunal Militar no Congresso a ser reali zado em San Remo, Itália, em maio de 1976 (Ata nº 88).

b1) Revista do Superior Tribunal Militar:

Foi lançada a Revista do Superior Tribunal Militar nº 1, elaborada pela comissão constituída pelos Srs. Ministros Rodri go Octávio, Amarílio Salgado e Sampaio Fernandes. Revista de va lor jurídico que mereceu também a homenagem do Tribunal Superi or do Trabalho pelo seu lançamento (Atas nºs 90 e 96).

c1) Congratulações:

Foi proposto pelo Exmo.Sr. Ministro-Presidente voto de congratulações ao Exmo.Sr. Ministro Ten.Brig.Ar Honório Maga lhães, em virtude de ser o autor do hino do 16º Batalhão Logís tico, o que muito sensibilizou o Exército e cuja letra é da au toria do Major Engº João Batista da Silva Fagundes. (Ata nº 94)

d1) Condecoração recebida:

O Exmo.Sr. Ministro Gen.Ex. Rodrigo Octávio Jordão Ramos foi agraciado com a Medalha Militar de Platina, por haver com pletado 50 anos de serviço (Ata nº 101)

e1) Estudo apresentado:

Foi apresentado pelo Major João Batista Fagundes um tra balho referente a processo e julgamento dos crimes de deserção e insubmissão, sendo aprovado,por unanimidade,pelo Tribunal (A ta nº 103 e 105).

f1) Condecoração recebida:

O Ministro Dr. Amarílio Lopes Salgado foi promovido ao grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval (Ata nº 106).